Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 6

Demonstração do Resultado 9

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 13

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 14

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 15

Demonstração de Valor Adicionado 16

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 33

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 70

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 71

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 72

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	23/08/2011	Ordinária		0,70411
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	23/08/2011	Preferencial		0,77453
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Dividendo	23/08/2011	Ordinária		1,01362
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Dividendo	23/08/2011	Preferencial		1,11499
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,07759
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,08535

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	26.435.588	23.783.716	19.154.466
1.01	Ativo Circulante	10.584.659	10.838.392	11.095.395
1.01.01	Disponibilidades	97.086	82.391	72.983
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.240.283	3.872.110	3.248.634
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.036.454	3.451.521	2.937.128
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	203.829	420.589	311.506
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	233.192	1.026.946	2.227.338
1.01.03.01	Carteira Própria	233.158	809.265	1.765.055
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	0	350.792
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	34	210	0
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	0	217.471	111.491
1.01.04	Relações Interfinanceiras	267.274	238.268	178.392
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	90	2.320	2.328
1.01.04.02	Depósito no Banco Central	260.563	230.048	172.818
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	4.984	3.971	1.363
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	905	805	777
1.01.04.05	Correspondentes	732	1.124	1.106
1.01.05	Relações Interdependências	0	285	1
1.01.05.01	Transferência Interna de Recursos	0	285	1
1.01.06	Operações de Crédito	4.950.715	4.224.164	4.177.810
1.01.06.01	Setor Público	78.446	58.378	92.410
1.01.06.02	Setor Privado	5.173.329	4.411.860	4.425.233
1.01.06.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-301.060	-246.074	-339.833
1.01.08	Outros Créditos	1.778.988	1.380.525	1.182.343
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	8	30
1.01.08.02	Carteria de Câmbio	641.071	521.843	453.777
1.01.08.03	Rendas a Receber	22.902	25.570	21.134
1.01.08.04	Diversos	1.118.570	851.425	745.672

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.01.08.05	(Prov. para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	-3.555	-18.321	-38.270
1.01.09	Outros Valores e Bens	17.121	13.703	7.894
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.169	6.702	6.390
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-1.248	-1.302	-1.476
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	12.200	8.303	2.980
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.662.089	12.753.269	7.862.666
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	9.874.595	6.739.820	3.011.201
1.02.02.01	Carteira Própria	8.878.659	6.293.647	2.925.119
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	672.509	437.948	0
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	44.860	95	268
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	278.567	8.130	85.814
1.02.03	Relações Interfinanceiras	36.863	32.474	38.603
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Rec. do Crédito Rural	422	329	333
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	32.369	27.718	32.808
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	4.072	4.427	5.462
1.02.05	Operações de Crédito	5.639.615	5.910.740	4.710.825
1.02.05.01	Setor Público	1.255.601	1.209.193	1.101.962
1.02.05.02	Setor Privado	4.704.792	5.036.407	3.824.185
1.02.05.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-320.778	-334.860	-215.322
1.02.07	Outros Créditos	111.016	70.235	102.037
1.02.07.01	Crédito por Avais Fianças Honrados	0	12	35
1.02.07.02	Diversos	161.747	155.592	156.888
1.02.07.03	(Prov. para Outros Créditos de LIq. Duvidosa)	-50.731	-85.369	-54.886
1.03	Ativo Permanente	188.840	192.055	196.405
1.03.01	Investimentos	1.568	1.429	1.379
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.871	6.732	6.682
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	185.569	188.219	191.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.03.02.01	Imóveis de Uso	137.759	132.615	127.000
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	111.628	111.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	166.672	151.302	142.320
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-224.272	-207.326	-188.986
1.03.05	Diferido	1.703	2.407	3.064
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	4.624	6.096	8.059
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-2.921	-3.689	-4.995

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	26.435.588	23.783.716	19.154.466
2.01	Passivo Circulante	9.748.154	8.474.793	8.110.117
2.01.01	Depósitos	5.115.979	3.772.031	3.197.499
2.01.01.01	Depósitos a Vista	162.445	109.037	142.577
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.329.994	1.288.569	1.381.500
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	588.986	670.627	364.753
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	3.034.554	1.688.256	1.301.556
2.01.01.05	Outros Depósitos	0	15.542	7.113
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	637.812	460.893	445.678
2.01.02.01	Carteira Própria	603.883	372.897	350.670
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	33.929	87.996	95.008
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	199.732	2.991	0
2.01.03.01	Rec. Letras Imob.Hipotecárias, Crédito e Similares	196.364	0	0
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobilários no Exterior	3.368	2.991	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	4	22	0
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4	22	0
2.01.05	Relações Interdependências	7.142	30.330	13.128
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	7.142	30.330	13.115
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	0	0	13
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	849.768	461.822	644.553
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	16.511	15.219	14.031
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	833.257	446.603	630.522
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	173.427	289.427	313.523
2.01.07.01	Tesouro Nacional	217	192	182
2.01.07.02	BNDES	162.562	166.206	182.186
2.01.07.03	FINAME	10.648	3.921	14.940
2.01.07.04	Outras Instituições	0	119.108	116.215
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	81.291	66.808	63.653

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.09	Outras Obrigações	2.682.999	3.390.469	3.432.083
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.615	12.118	15.979
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.805	5.604	3.269
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	1.188	16.601	7.523
2.01.09.04	Sociais e Estatutários	12.254	130.687	238.115
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciários	525.820	493.132	464.557
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	0	7	0
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.102.922	1.011.809	1.237.069
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	70.164	1.647	0
2.01.09.09	Diversas	958.231	1.718.864	1.465.571
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.357.919	13.131.569	8.971.610
2.02.01	Depósitos	3.848.520	4.737.550	3.135.228
2.02.01.01	Depósitos à Vista	21.179	25.082	32.763
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	0	13.501	20.018
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	3.827.341	4.698.967	3.082.447
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	66.561	63.396	0
2.02.02.01	Carteira Própria	66.561	63.396	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	563.876	482.496	0
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	563.876	482.496	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	33.021	45.656	56.126
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	33.021	45.656	56.126
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.113.258	1.397.349	1.120.001
2.02.07.01	Tesouro Nacional	775	894	982
2.02.07.02	BNDES	990.332	767.054	561.610
2.02.07.03	FINAME	122.151	48.938	14.390
2.02.07.04	Outras instituições	0	580.463	543.019
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	759.101	662.357	658.740
2.02.09	Outras Obrigações	7.973.582	5.742.765	4.001.515

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	13.513	46.020	20.592
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.617.155	2.734.366	2.402.693
2.02.09.03	Instrumentos Hibrídos de Capital e Dívida	1.067.708	1.002.519	0
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.216.319	1.101.848	622.064
2.02.09.05	Diversas	2.058.887	858.012	956.166
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	16	16	14
2.05	Patrimônio Líquido	2.329.499	2.177.338	2.072.725
2.05.01	Capital Social Realizado	2.009.616	1.850.616	1.651.616
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	502
2.05.03	Reservas de Reavaliação	25.198	28.064	30.501
2.05.03.01	Ativos Próprios	25.198	28.064	30.501
2.05.04	Reservas de Lucro	244.536	248.528	271.976
2.05.04.01	Legal	104.636	88.896	73.216
2.05.04.02	Estatutária	132.862	159.632	198.760
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	7.038	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	50.149	50.130	118.130

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	3.347.864	2.431.267	2.005.203
3.01.01	Operações de Crédito	1.772.643	1.489.809	1.214.532
3.01.02	Resutado de Operações com Tìtulos e Valores Mobiliarios	1.365.528	888.770	739.243
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	25.660	-36.140	-38.146
3.01.04	Resultados de Operações de Câmbio	163.871	73.161	86.778
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	20.162	15.667	2.796
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.130.601	-1.464.879	-1.219.439
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.048.740	-591.142	-381.160
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasse	-846.952	-473.727	-461.687
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-234.909	-400.010	-376.592
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.217.263	966.388	785.764
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-548.829	-436.119	-126.657
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	1.351.756	1.246.760	1.119.091
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.081.293	-1.019.740	-890.476
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-775.242	-659.632	-551.813
3.04.04	Despesas Tributárias	-188.995	-173.182	-144.214
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.164.760	927.571	1.159.159
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.019.815	-757.896	-818.404
3.05	Resultado Operacional	668.434	530.269	659.107
3.06	Resultado Não Operacional	7.045	1.645	2.078
3.06.01	Receitas	10.936	3.385	4.606
3.06.02	Despesas	-3.891	-1.740	-2.528
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	675.479	531.914	661.185
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-296.880	-238.979	-225.304
3.09	IR Diferido	-26.723	64.893	64.817
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-37.077	-44.238	-41.686
3.10.01	Participações	-37.077	-44.238	-41.686
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	314.799	313.590	459.012

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)	3,6183	3,60481	5,27649

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.771.934	3.039.113	715.793
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	723.259	821.609	788.895
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	314.799	313.590	459.012
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	27.346	25.551	25.498
6.01.01.03	Perdas para Investimentos	0	0	400
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	27	65	60
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	234.909	400.010	376.592
6.01.01.06	Provisão para Passivo Contigente	146.536	83.233	-72.363
6.01.01.07	Aplicações no Diferido	-358	-842	-392
6.01.01.08	Resultados do Exercícios Futuros	0	2	-34
6.01.01.09	Atualização de Titulos Patrimoniais	0	0	122
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.048.675	2.217.504	-73.102
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.643	-48.890	1.298.483
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-56.316	-36.807	-9.688
6.01.02.03	Operações de Crédito	-712.580	-1.588.942	-3.153.792
6.01.02.04	Outros Créditos	-387.230	-196.015	-219.152
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-3.879	-5.215	3.051
6.01.02.06	Depósitos	454.919	2.176.853	2.196.067
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	180.084	78.613	145.111
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	278.120	485.487	0
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	86.448	66.822	335.553
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	-37.010	21.568	18.591
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.258.716	1.291.732	-646.038
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	-469	0	0
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social	-29.771	-27.702	-41.288
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.448.658	-4.213.824	609.699
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-2.425.319	-4.192.807	645.756
6.02.02	Inversões em Investimentos	-137	-50	-1.035

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-27.607	-20.580	-36.614
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-750	-1.008	-234
6.02.05	Alienação de Investimentos	-2	0	376
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	3.974	270	252
6.02.07	Alienação de Bens de Uso Próprio	1.183	351	1.198
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.082	1.166.291	477.441
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-255.260	-317.658	-144.239
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	0	-384
6.03.03	Dívidas Subordinadas Eleg[iveis a Capital	114.471	479.783	622.064
6.03.04	Instrumentos Híbridos de Captial e Dívida	133.707	1.004.166	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-683.806	-8.420	1.802.933
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.869.499	3.877.919	2.074.986
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.185.693	3.869.499	3.877.919

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	314.799	0	314.799
5.05	Destinações	0	0	0	147.970	-317.196	0	-169.226
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-95.700	0	-95.700
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-73.526	0	-73.526
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	147.970	-147.970	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.740	-15.740	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	132.230	-132.230	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	7.038	0	0	7.038
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.866	0	2.397	19	-450
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	19	19
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-2.866	0	2.397	0	-469
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	65.534	0	65.534
5.03	Saldo Ajustado	1.652.000	502	30.501	271.976	65.534	117.746	2.138.259
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	313.590	0	313.590
5.05	Destinações	0	0	0	175.050	-381.561	0	-206.511
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-85.511	0	-85.511
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-121.000	0	-121.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	175.050	-175.050	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.680	-15.680	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	159.370	-159.370	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	502	-502	-2.437	0	2.437	-68.000	-68.000
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-68.000	-68.000
5.07.05	Realização da Reserva	502	-502	-2.437	0	2.437	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	198.498	-198.498	0	0	0	0	0
5.08.01	Transferencia para Aumento de Capital	198.498	-198.498	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	198.498	0	-198.498	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.299.000	380	32.938	403.973	0	61.228	1.797.519
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.299.000	380	32.938	403.973	0	61.228	1.797.519
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	459.012	0	459.012
5.05	Destinações	0	0	0	221.003	-461.449	0	-240.446
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-130.446	0	-130.446
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-110.000	0	-110.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	221.003	-221.003	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	22.950	-22.950	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	198.053	-198.053	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	122	-2.437	0	2.437	56.902	57.024
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	56.902	56.902
5.07.04	Ajustes de Títulos Patrimoniais	0	122	0	0	0	0	122
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-2.437	0	2.437	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	353.000	-353.000	0	0	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	353.000	-353.000	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	353.000	0	-353.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	-384	-384
5.13	Saldo Final	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	4.589.979	3.514.232	3.155.352
7.01.01	Intermediação Financeira	3.347.864	2.431.267	2.005.203
7.01.02	Prestação de Serviços	1.351.756	1.246.760	1.119.091
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-234.909	-400.010	-376.592
7.01.04	Outras	125.268	236.215	407.650
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.895.692	-1.064.869	-842.847
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-714.868	-604.897	-496.313
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-254.162	-252.445	-231.945
7.03.02	Serviços de Terceiros	-460.706	-352.452	-264.368
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.979.419	1.844.466	1.816.192
7.05	Retenções	-27.346	-25.551	-25.511
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.346	-25.551	-25.511
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.952.073	1.818.915	1.790.681
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.952.073	1.818.915	1.790.681
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.952.073	1.818.915	1.790.681
7.09.01	Pessoal	987.241	950.902	838.855
7.09.01.01	Remuneração Direta	650.738	582.963	498.944
7.09.01.02	Benefícios	289.720	327.459	306.688
7.09.01.03	F.G.T.S.	46.783	40.480	33.223
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	617.004	525.239	462.824
7.09.02.01	Federais	602.035	509.409	449.490
7.09.02.02	Estaduais	26	49	33
7.09.02.03	Municipais	14.943	15.781	13.301
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.029	29.184	29.990
7.09.03.01	Aluguéis	33.029	29.184	29.990
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	314.799	313.590	459.012
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	73.526	121.000	110.000
7.09.04.02	Dividendos	95.700	85.511	130.446

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	145.573	107.079	218.566

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do governo federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco tem como área básica de atuação os nove Estados da região Nordeste, o norte e os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e o norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios. A força de trabalho e a estrutura do BNB são compostas por 6.077 funcionários e 187 agências. Maior instituição financeira da América Latina voltada para desenvolvimento regional, o Banco opera como órgão executor de políticas públicas.

O BNB contratou durante o ano de 2011 um total de 3,3 milhões de operações que somaram R$ 21,8 bilhões. A quantidade de operações superou em 25,8% o número obtido no ano de 2010, refletindo o novo direcionamento estratégico do Banco de atender, preferencialmente, os mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais. Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R$ 11,9 bilhões e cresceram 1,0%, enquanto que os empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos totalizaram R$ 9,2 bilhões com crescimento de 6,8%. As operações de Mercado de Capitais somaram R$ 689,0 milhões. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi a fonte de recursos mais utilizada pelo Banco nos financiamentos de longo prazo, sendo responsável por R$ 11,1 bilhões, o que representou 93,4% do total dos financiamentos. Esses valores demonstram a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste. Neste ano o FNE esteve presente com financiamentos em todos os 1.990 municípios que fazem parte de sua área de atuação.

Com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o BNB tem expandido sua ação nesse importante segmento que cresce a cada dia no país. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou no ano 2,6 milhões de operações no valor global de R$ 3,8 bilhões, representando crescimento de 40,9% em relação ao ano anterior. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal, que tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. As micro e pequenas empresas contrataram R$ 2,6 bilhões com crescimento de 12,9%. Na agricultura familiar, o BNB aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R$ 1,3 bilhão com 22,1% de crescimento.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Operações Globais

As contratações globais do BNB em 2011 somaram R$ 21,8 bilhões, cresceram 1,7% em relação a 2010 e foram responsáveis pela contratação de 3,3 milhões de operações, quantidade que cresceu expressivos 25,8%. Os créditos contratados cresceram 3,5% totalizando R$ 21,1 bilhões, sendo R$ 11,9 bilhões em financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos e R$ 9,2 bilhões em

empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos, significando crescimentos de 1,0% e 6,8%, respectivamente.

OPERAÇÕES GLOBAIS (R$ milhões)

Tipo	2010		2011		Variação (valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Créditos Contratados	2.587.760	20.349,0	3.256.395	21.054,0	3,5%
• Longo Prazo (1)	402.943	11.750,3	444.666	11.868,5	1,0%
• Curto Prazo (2)	2.184.817	8.598,7	2.811.729	9.185,5	6,8%
Mercado de Capitais	10	1.010,0	5	689,0	-31,8%
Desembolsos FDNE (3) - risco BNB	8	33,4	1	11,7	-64,9%
Total	**2.587.778**	**21.392,4**	**3.256.401**	**21.754,7**	**1,7%**

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;
(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida;
(3) FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Apesar da redução do valor das operações de mercado de capitais em 2011 comparativamente ao ano de 2010 – relacionada com os efeitos da crise financeira internacional nos países da Zona do Euro e nos Estados Unidos, o que impôs ao Banco maior seletividade na realização dessas operações, com maior foco em operações realizadas com empresas do Nordeste e de menor *ticket* médio –, o BNB concentrou-se em sua missão de concessão de créditos de curto e longo prazos voltados para o desenvolvimento da Região, com volume expressivo de R$ 21,1 bilhões e crescimento de 3,5%.

Trabalhando com maior ênfase no atendimento aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, o BNB reforça o seu papel e suas diretrizes como órgão de desenvolvimento regional no apoio a esses segmentos de clientes. No ano 2011, o apoio do Banco às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) cresceu 12,9% com aplicação de R$ 2,6 bilhões. As contratações na agricultura familiar somaram R$ 1,3 bilhão com expansão de 22,1% em relação a 2010. A atuação do BNB em microcrédito cresceu 40,9% em 2011 quando foram aplicados R$ 3,8 bilhões, sendo R$ 3,0 bilhões no microcrédito urbano e R$ 775,1 milhões no microcrédito rural.

DESEMPENHO EM ALGUNS PROGRAMAS E SEGMENTOS (R$ milhões)

Programa / Segmento	2010	2011	Variação
Micro e Pequena Empresa (MPE)	2.276,3	2.569,5	12,9%
Agricultura Familiar (Pronaf)	1.105,1	1.349,1	22,1%
Microcrédito do BNB	2.662,1	3.751,0	40,9%
• Urbano (programa Crediamigo)	2.066,3	2.975,9	44,0%
• Rural (programa Agroamigo)	595,8	775,1	30,1%

A divisão por setor econômico dos valores das operações de crédito contratadas no ano de 2011 evidenciou crescimento em dois setores. O maior crescimento aconteceu no setor de comércio e serviços com 21,8%, seguido do rural com 13,6%. Em termos de valor o setor de comércio e serviços contratou R$ 9,3 bilhões representando 44,4% do total dos créditos contratados, conforme evidenciado na tabela adiante.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R$ milhões)

Setor	2010	2011	Variação
Rural	4.125,3	4.686,6	13,6%
Industrial	6.027,6	5.041,1	-16,4%

Infraestrutura	2.521,1	1.977,0	-21,6%
Comércio/Serviços (1)	7.675,0	9.349,3	21,8%
Total	**20.349,0**	**21.054,0**	**3,5%**

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

Embora tenham sido constatadas diminuições nos financiamentos concedidos aos setores industrial e de infraestrutura motivadas por queda na demanda doméstica e dificuldade de exportação por conta da crise internacional, no caso industrial, e pela nova política do governo federal para o setor de geração de energia, a qual determinou que projetos desse setor passassem a ser financiados de forma direta pelo BNDES, no caso de infraestrutura, o BNB teve expressivos crescimentos e valores aplicados em 2011 nos setores rural – onde estão os agricultores familiares – e de comércio/serviços – setor que recebe os impactos da elevação de renda da população verificada no Nordeste.

O BNB tem uma atuação em operações de curto prazo de forma complementar aos financiamentos de longo prazo. Atendendo prioritariamente os clientes que detêm financiamentos para investimento, as operações de curto prazo objetivam suprir os empreendimentos de suas necessidades de crédito de funcionamento, como Capital de Giro, Descontos de Títulos, Contas Garantidas e Câmbio. O Banco contratou R$ 9,2 bilhões em operações de curto prazo durante o ano de 2011, com acréscimo de 6,8% em relação a 2010.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS POR PRODUTO (R$ milhões)

Produto	2010	2011	Variação
Crédito Comercial (Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto e Contas Garantidas)	5.653,8	5.089,1	-10,0%
Câmbio (1)	878,6	1.120,5	27,5%
Crediamigo	2.066,3	2.975,9	44,0%
Total	**8.598,7**	**9.185,5**	**6,8%**

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As contratações de financiamento em 2011 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R$ 11,1 bilhões, com crescimento de 3,1% em relação ao montante verificado no ano de 2010. Entre os setores, o maior crescimento foi verificado no setor agroindustrial com 52,7% e um valor contratado de R$ 336,9 milhões. Outro setor com expressivo crescimento foi o de comércio/serviços com 24,5% e R$ 2,5 bilhões aplicados. O turismo regional destacou-se com o crescimento de 11,0% e contratação de R$ 496,5 milhões. O setor que mais recebeu recursos foi o rural com R$ 3,9 bilhões representando 35,2% do total aplicado. Os valores do FNE contratados por setor são mostrados na tabela adiante.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R$ milhões)

Setor	2010	2011	Variação
Rural	3.657,3	3.906,7	6,8%
Agroindustrial	220,6	336,9	52,7%
Industrial	2.419,2	1.912,2	-21,0%
Infraestrutura	2.020,5	1.961,3	-2,9%
Turismo	447,2	496,5	11,0%
Comércio/Serviços	1.990,4	2.477,1	24,5%

Total	**10.755,2**	**11.090,7**	**3,1%**

SEGMENTOS DE NEGÓCIOS DE CRÉDITO

A segmentação de negócios implementada pelo Banco permitiu que vários programas e segmentos passassem a contar com uma dinâmica e acompanhamento diferenciados para uma maior produtividade. Consequentemente, houve ampliação da participação do BNB nesses negócios conforme o desempenho geral já comentado.

Microcrédito do BNB

O BNB tem expandido sua atuação nesse importante segmento de microcrédito que cresce a cada dia no país. Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o Banco tem apoiado com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais. Os programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal, tendo por objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. Em 2011 o valor global dos financiamentos de microcrédito do BNB totalizou R$ 3,8 bilhões, crescendo expressivos 40,9% em relação ao ano de 2010, com mais 2,6 milhões de operações.

MICROCRÉDITO DO BNB (R$ milhões)

Microcrédito	2010		2011		Variação (Valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Urbano (programa Crediamigo)	1.632.482	2.066,3	2.246.905	2.975,9	44,0%
Rural (programa Agroamigo)	329.105	595,8	366.681	775,1	30,1%
Total	**1.961.587**	**2.662,1**	**2.613.586**	**3.751,0**	**40,9%**

Microcrédito Urbano (Crediamigo)

O Crediamigo é o programa de microcrédito produtivo orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, em sua maioria informais, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. No ano de 2011 o Crediamigo realizou 2,2 milhões de operações com valor desembolsado de quase R$ 3,0 bilhões, representando crescimento de 44,0% em relação ao ano de 2010 quando foram desembolsados R$ 2,1 bilhões. O crescimento da Carteira Ativa foi de 54,2% chegando a um saldo de R$ 1,1 bilhão. A quantidade de Clientes Ativos cresceu 41,8% passando de 737,8 mil ao final de 2010 para 1 milhão ao final de 2011. A inadimplência dos financiamentos, representada pela média ponderada dos valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à Carteira Ativa, ficou em 0,8% ao final do ano. A capacidade operacional do Crediamigo vem crescendo a cada dia alcançando uma média de 8.952 operações contratadas diariamente durante 2011, o que significa um crescimento de 37,1% em relação à média diária de 6.530 operações durante o ano de 2010.

PROGRAMA CREDIAMIGO - RESULTADOS

Item	2010	2011	Variação
Quantidade de operações	1.632.482	2.246.905	37,6%
Valor contratado (R$ milhões)	2.066,3	2.975,9	44,0%
Valor médio contratado (R$ 1,00)	1.265,70	1.324,43	4,6%

Item	2010	2011	Variação
Média diária de contratações	6.530/dia	8.952/dia	37,1%
Clientes ativos	737.826	1.046.062	41,8%
Carteira ativa (R$ milhões)	742,6	1.144,9	54,2%
Pontos de atendimento	314	381	21,3%
Municípios atendidos	1.829	1.878	2,7%
Participação (%) no mercado elegível de microfinanças (base 3.939 mil potenciais clientes)	18,7	26,6	42,2%

Microcrédito Rural (Agroamigo)

O Agroamigo é o programa de microfinança rural do BNB que tem como objetivo qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores com renda bruta anual familiar de até R$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação que preconiza o atendimento de forma rápida e desburocratizada, permitindo o aumento de renda familiar no campo, a manutenção e criação de novas oportunidades de trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Em 2011 foram contratadas 366.681 operações em toda área de atuação do Banco, envolvendo R$ 775,1 milhões, com valor médio de cerca de R$ 2,1 mil. Ao final do ano as mulheres representavam 48,3% dos clientes ativos do Agroamigo. O Agroamigo também trabalha pela inclusão financeira e conscientização ambiental dos microempreendedores. Mais de 100 mil deles já possuem conta corrente ou poupança no BNB.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do governo federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. No Nordeste do Brasil este segmento representa 89,1% dos estabelecimentos rurais correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,4 milhões de pessoas ocupadas. O BNB é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste. Em 2011 o Banco contratou 406.322 operações com agricultores familiares envolvendo recursos totais de R$ 1.349,1 milhões, sendo 63,7% dos financiamentos concedidos a estabelecimentos rurais localizados na região semiárida. Em comparação com o ano de 2010 verifica-se um incremento de 22,1% no valor contratado. Ao final do ano a Carteira Ativa somava R$ 4,6 bilhões correspondentes a 1,3 milhão de operações.

Mini e Pequenos Produtores Rurais

O BNB atua com os mini e pequenos produtores rurais visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Integrando o crédito às políticas públicas, o Banco promove a inclusão financeira e social, a melhoria de renda dos clientes desse segmento e a expansão e diversificação da competitividade da base econômica regional. Durante o ano de 2011 o BNB contratou 10.708 operações de crédito rural que somaram R$ 598,1 milhões com os mini e pequenos produtores rurais, exceto o público enquadrado no Pronaf. Esse valor representou incremento de 48% em relação ao volume contratado em 2010.

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

O BNB colocou à disposição das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) durante o ano de 2011 o montante de R$ 3,5 bilhões em linhas de crédito de curto e longo prazos. No mesmo período foram

contratados negócios no montante de R$ 2,6 bilhões, o que representou crescimento de 13% quando comparado ao ano de 2010. Foram contratadas 106.160 operações de financiamentos e empréstimos, atendendo a 26.340 MPEs. Dentre as ações que contribuíram para o resultado alcançado em 2011, podem ser citadas: continuidade da estratégia de negócios Nordeste Franquias – segmento que vem obtendo expressivo crescimento no Nordeste, ano após ano; patrocínio de eventos e feiras de negócios; melhorias no processo de concessão de crédito; reforço das parcerias entre o BNB e importantes agentes que atuam em setores considerados estratégicos; programa de Atualização de Gerentes de Negócios; e divulgação da marca Banco do Nordeste no mercado, por meio de campanha publicitária.

Negócios com Médios e Grandes Clientes

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de médio e grande portes. Compõem este segmento de clientes os produtores rurais com faturamento anual superior a R$ 300 mil e as empresas com faturamento anual entre R$ 2,4 milhões e R$ 200 milhões. O segmento de negócios *Corporate* gerencia e estrutura negócios de clientes com faturamento anual superior a R$ 200 milhões. No período foram contratadas 308 operações no segmento *Corporate* no valor total de R$ 6,3 bilhões.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014

O BNB vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do governo federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No ano de 2011 foram contratadas 12 operações que demandaram recursos do FNE na ordem de R$ 1,4 bilhão. Desde o início do Programa, 46 empreendimentos enquadrados no PAC 1 e PAC 2 tiveram o apoio financeiro do BNB, cujos recursos somaram R$ 9,4 bilhões. Essa participação viabilizou investimentos totais da ordem de R$ 43,4 bilhões para os setores de energia e transportes. Em relação ao apoio financeiro à Copa do Mundo de 2014 o BNB contratou, em 2011, sete operações com recursos do FNE – Proatur, totalizando R$ 330,3 milhões, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional em consonância com órgãos de controle externo. Com essas operações o Banco acumula 20 financiamentos de apoio à Copa que envolvem recursos do FNE de R$ 673,6 milhões, viabilizando investimentos totais de R$ 1,7 bilhão.

Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos, totalizaram R$ 5,1 bilhões em 2011. Os produtos e valores foram: Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro, com R$ 1.886,9 milhões; Desconto de Títulos, com R$ 948,1 milhões; e Contas Garantidas, com R$ 2.254,1 milhões.

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

No ano de 2011 foi aplicado o valor de R$ 1,5 bilhão no financiamento ao comércio exterior, com incremento de 15% em relação ao ano de 2010. Os produtos de crédito suportam o atendimento das necessidades de financiamento e emissão de garantias, como: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE), Financiamento à Importação (Finimp) e garantias internacionais. A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2011 atingiu a cifra de R$ 4 bilhões, entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de

moedas. Mediante a realização de operações de câmbio e comércio exterior, o BNB mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

NEGÓCIOS FINANCEIROS

Mercado de Capitais

O BNB vem auxiliando empresas do Nordeste a acessar e utilizar instrumentos do mercado de capitais, promovendo assim a diversificação das fontes de recursos, contribuindo com a profissionalização e fortalecimento da governança corporativa das empresas e estimulando o desenvolvimento da Região. Em 2011 o Banco participou da estruturação de operações de renda fixa no valor total de R$ 689 milhões.

Administração de Recursos de Terceiros

Em 2011, o BNB administrava 20 fundos de investimento, sendo 12 destinados a clientes de varejo, dois exclusivamente para o setor público e seis para investidores exclusivos. O patrimônio líquido dos fundos atingiu, ao final de 2011, aproximadamente R$ 3,4 bilhões, o que representa um crescimento de 14,3% em relação ao saldo do final de 2010.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ativos Totais

Ao término de 2011, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 11,2% em relação ao final de 2010 (vide tabela Ativos Globais). Nos ativos do Banco também estão os recursos disponíveis do FNE (R$ 1.593 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R$ 2.983 milhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB (R$ 2.652 milhões) de dezembro de 2010 para dezembro de 2011 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo de R$ 1.724 milhões observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, e pelo aumento do saldo de operações de crédito da carteira própria do BNB, no valor de R$ 455 milhões. Tal crescimento foi possível em função do aumento das disponibilidades do FNE em R$ 922 milhões, do incremento no volume de captação de depósitos em R$ 454 milhões, da elevação em obrigações por empréstimos cambiais em R$ 375 milhões, do aumento de passivos com o BNDES para financiamento de operações de crédito em R$ 300 milhões e da retenção de lucros no período. Registra-se, todavia, a redução dos passivos representados pelo Fundo de Terras, Incra-Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras no valor total de R$ 699 milhões, em face de transferência da obrigação para contas de compensação (vide item Origem de Recursos).

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, cresceram 4,5% em 2011, representados, preponderantemente, pelo acréscimo: em operações do Programa Crediamigo; em operações de financiamentos de longo prazo com recursos do BNDES; em operações de câmbio com recursos externos; em operações de crédito com recursos captados através de Letra de Crédito do Agronegócio; em operações de crédito com recursos do FAT; e nos saldos de operações de crédito com recursos de repasses do FNE. Ressalta-se que ocorreu decréscimo em operações de crédito com recursos de repasse do Fundo da Terras /

Reforma Agrária, do Incra-Conta Fundiária e do Fundo Rotativo de Terras que foram transferidos para contas de compensação (Vide tabela Saldos de Aplicações por Fonte/Programa).

Em 2011, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 13,3% (vide tabela Ativos Globais), por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2011, ingressou no patrimônio do FNE um total de R$ 5.031 milhões, contra R$ 4.084 milhões ingressados em 2010. Quando são comparadas as posições de 31.12.2011 e 31.12.2010, percebe-se um acréscimo de 12,0% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 25,3% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

ATIVOS GLOBAIS (R$ milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011
Disponibilidades,(*) Aplicações Interfinanceiras e TVM	11.721,3	13.445,2	1.896,5	1.593,0
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-	1.756,6	2.983,2
Relações Interfinanceiras	271,0	304,1	1.331,5	1.434,4
Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	10.134,9	10.590,3	28.337,4	31.733,6
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	1.450,8	1.890,0	3,1	2,0
Outros Valores e Bens	13,7	17,1	1,5	1,3
Permanente	192,0	188,9		
Total	**23.783,7**	**26.435,6**	**33.326,6**	**37.747,5**

(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2011, corresponde a R$ 10.063 milhões, apresentando um acréscimo de R$ 2.297 milhões (29,6%) em relação a 31.12.2010, quando totalizava R$ 7.766 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e em Debêntures, destacando-se que a taxa Selic que remunera as LFTs acumulou uma rentabilidade, em 2011, de 11,6% e que o INPC, que remunera as NTN-B, sofreu variação de 6,5% em 2011. Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o BNB elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens totalizavam, em 31.12.2011, sem a dedução de provisões, R$ 44.423,5 milhões, o que representa um crescimento de 8,8%.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA (R$ milhões)

Especificação	31.12.2010	31.12.2011
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	29.556,0	32.624,4
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	6.247,7	5.769,6
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	988,1	1.300,3
Crediamigo (recursos do Bird, FAT, DIM e Recursos Internos)	770,5	1.177,9
FNE - Repasses Lei 7.827 Art 9º , "a" (Dívida Subordinada)	782,4	888,2
Captações Externas (Câmbio)	553,4	857,6
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	654,4	757,3
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	254,3	465,3
LCA (Letra de Crédito do Agronegócio)	-	243,5
Poupança BNB	238,4	155,6
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	59,2	101,6
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	80,5	80,4
Fundo de Terras/Reforma Agrária (*)	571,3	-
Incra - Conta Fundiária (*)	70,5	-
FRT (Fundo Rotativo de Terras) (*)	12,6	-
Outras	4,5	1,8
Total	**40.843,8**	**44.423,5**

(*) Saldos transferidos para contas de compensação.

A tabela a seguir demonstra os saldos das operações de crédito do BNB por setor, com destaque para o crescimento de 29,7% na carteira de infraestrutura e desenvolvimento, passando a representar 16,5% das aplicações em operações de crédito do Banco. O setor de indústria, comércio e serviços representa 63,7% do saldo de operações de crédito do BNB, enquanto que o setor rural e agroindustrial corresponde a 13,1% das aplicações de crédito do Banco. Em relação às operações de crédito do FNE por setor, destacam-se: o crescimento de 32,7% do setor de infraestrutura e desenvolvimento, o qual passou a representar 17,9% das aplicações em operações de crédito do FNE; e o aumento de 20,9% na carteira destinada à indústria, comércio e serviços, a qual representa 34,9% dos saldos globais de operações de crédito do FNE. O setor rural e agroindustrial continua liderando a participação no saldo total de operações de crédito do FNE, com 46,8%, tendo decrescido 1% de 2010 para 2011. Com participação de 0,4% nos saldos de operações de crédito do FNE, o setor de financiamentos à exportação apresentou um decréscimo de R$ 187 milhões de 2010 para 2011, com redução de 58,0%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR (R$ milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011
Operações de Crédito (Líquido de Provisões)	**10.134,9**	**10.590,3**	**28.337,4**	**31.733,6**
• Operações de Crédito	10.715,8	11.212,2	29.556,0	32.624,4
⇨ Indústria, Comércio e Serviços	6.771,2	7.147,1	9.420,5	11.391,5
⇨ Rurais e Agroindustriais	1.961,0	1.466,4	15.419,8	15.270,3
⇨ Infraestrutura e Desenvolvimento	1.426,1	1.849,3	4.392,3	5.826,7
⇨ Refinanciamentos	533,2	473,7	-	-
⇨ Financiamento à Exportação e Importação	24,3	275,6	323,4	135,9
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(580,9)	(621,9)	(1.218,6)	(890,8)

Outros Créditos - Com Características de Concessão de Crédito (Líquido de Provisões)	**499,9**	**578,7**	**-**	**-**
• Outros Créditos	571,9	586,9	-	-
⇨ À Importação e Exportação	529,1	582,0	-	-
⇨ Outras	42,8	4,9	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(72,0)	(8,2)	-	-
Total	**10.634,8**	**11.169,0**	**28.337,4**	**31.733,6**

Origem de Recursos

De 31.12.2010 a 31.12.2011, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 11,6%, conforme a tabela a seguir.

ORIGEM DE RECURSOS (R$ milhões)

Especificação	31.12.2010	31.12.2011
Depósitos à Vista	134,1	183,6
Depósitos de Poupança	1.288,6	1.330,0
Depósitos a Prazo	6.385,6	6.860,3
• FAT	686,8	622,4
• Finor - Disponibilidades	95,0	216,7
• Reinvestimentos Lei No. 8.167	352,5	453,5
• CDB	5.251,3	5.567,7
Depósitos Interfinanceiros e Outros	701,3	590,6
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.656,3	4.578,2
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.685,7	1.286,7
• BNDES e Finame	986,1	1.285,7
• Outras Instituições	699,6	1,0
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	729,2	840,4
Obrigações por Empréstimos	507,5	882,8
Captações no Mercado Aberto	524,3	704,4
LCA (Letras de Crédito do Agronegócio)	0	196,4
Emissão de Títulos no Exterior	485,5	567,2
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	493,1	525,8
Passivos Contingentes	1.436,2	1.767,9
• FNE	1.177,8	1.386,8
• Causas Trabalhistas	161,9	182,8
• Causas Cíveis e Outras	96,5	198,3
Provisões Sociais e Estatutárias	130,7	12,3
Provisões para Pagamentos a Efetuar	1.053,9	1.131,6
• Benefícios a empregados (Deliberação CVM 600)	925,4	985,4
• Outros	128,5	146,2
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	1.101,8	1.216,3
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	1.004,2	1.137,9
Outras Obrigações	288,4	293,7
Total das obrigações para com terceiros	**21.606,4**	**24.106,1**
Resultados de Exercícios Futuros	0	0

Patrimônio Líquido	2.177,3	2.329,5
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	**23.783,7**	**26.435,6**
Recursos FNE (demais)	28.568,5	31.953,0
Total	**52.352,2**	**58.388,6**

Patrimônio Líquido

O BNB apresentou, em 31.12.2011, um Patrimônio Líquido de R$ 2.329,5 milhões (R$ 2.177,3 milhões, em 31.12.2010) e um capital social de R$ 2.010 milhões (R$ 1.851 milhões em 31.12.2010), representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido do BNB de 2011 importou em R$ 314,8 milhões, montante 0,38% superior ao apresentado em 2010, de R$ 313,6 milhões. O lucro líquido por ação, que em 31.12.2010 era de R$ 3,60, passou, em 31.12.2011, para R$ 3,62. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2011 foi de 13,51% a.a. Esse índice foi de 14,40% a.a. em 31.12.2010.

Índice de Adequação Patrimonial

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução Nº 3.490 e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco. As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais. Em 31.12.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do BNB foi de 16,32% (13,22% em 31.12.2010), enquanto o PR foi de R$ 4.604.614 mil (R$ 3.248.273 mil em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R$ 3.054.085 mil em 31.12.2011 (R$ 2.627.409 mil em 31.12.2010). Em julho de 2009 e em junho de 2010, o BNB celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Banco Central a considerar os valores do âmbito desses contratos como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basileia da Instituição. Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o BNB e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011 o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido, que não possui data de vencimento, fosse considerado como capital de Nível II.

Avaliação de Risco Internacional e Local – *Rating*

Em 2011 as três principais agências internacionais de *rating* reafirmaram conceitos ao BNB. A Moody's Investors Service confirmou o grau de investimento em escala global ao BNB. Em junho de 2011 a Agência elevou o *rating* do BNB para 'Baa2' em depósito em moeda estrangeira de longo prazo e para 'Prime-2' para depósito em moeda estrangeira de curto prazo. Já na escala nacional, a

Agência manteve o *rating* de 'Aaa.br' de longo prazo e 'BR-1' de curto prazo. Todos os *ratings* têm perspectiva Estável. A Fitch confirmou o grau de investimento em escala global ao BNB, onde os IDR´s de Longo Prazo, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda local, ficaram em 'BBB', com perspectiva estável. Os IDR's de curto prazo, em moeda estrangeira e em moeda local, ficaram em 'F2'. O *rating* nacional de longo prazo e de curto prazo foram 'AAA(bra)' e 'F1+(bra)', respectivamente. De acordo com a Agência, a classificação atribuída reflete a importância do BNB para o desenvolvimento da região Nordeste do país. Já a Standard & Poor's reafirmou a perspectiva do BNB na escala global em moeda estrangeira, ficando o *rating* em 'BBB-/Estável/A-3'. Em moeda nacional atribuiu 'brAAA', também Estável. Para a Agência, os *ratings* do BNB refletem a importância do Banco nas políticas públicas da região Nordeste do país e o apoio dado por seu acionista majoritário, o governo federal.

Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

Em 2011, mais precisamente no primeiro semestre, o BNB passou a divulgar suas demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS), preconizado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), em seu portal na internet. As primeiras demonstrações disponíveis são relativas à posição de 31.12.2010 (comparando-se com as de 31.12.2009). Estima-se que as demonstrações de 31.12.2011, comparativas com as de 31.12.2010, sejam divulgadas no primeiro semestre de 2012.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O BNB tem em sua estrutura o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) que tem como responsabilidades básicas: elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do BNB em sua área de atuação visando ao desenvolvimento sustentável. No ano de 2011 o ETENE realizou avaliações de resultados e impactos dos seguintes programas: FNE 2010; FNE 2011 primeiro semestre; Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (FNE - Proinfra); FNE - Rural: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivo da soja, algodão e uva; e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 2009 e 2010. Publicou, ainda, 36 livros nas categorias Série Teses e Dissertações, Documentos Etene, Série Informes Técnicos Etene, Série BNB Ciência e Tecnologia, Revista Econômica do Nordeste (REN), Revista BNB Conjuntura Econômica, Avaliação de Políticas e Programas do BNB, dentre outros.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

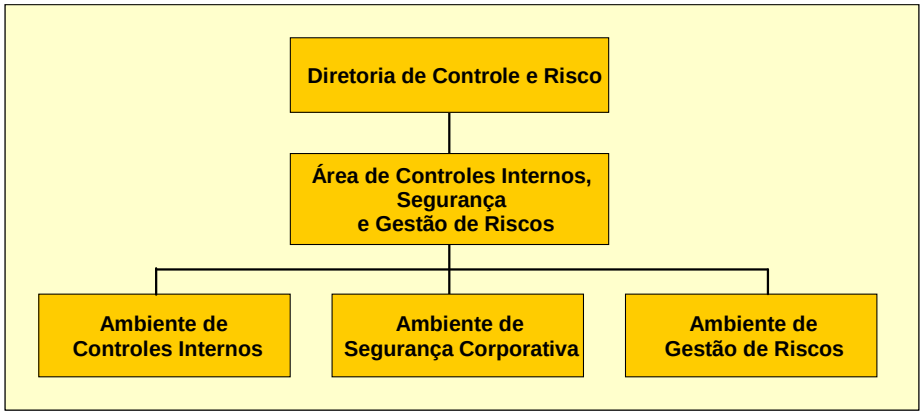
Reconhecendo a importância das pesquisas para o aproveitamento das potencialidades e competências regionais, o BNB aplicou R$ 38,8 milhões em 782 projetos durante o ano de 2011. Esses projetos foram selecionados pelos três fundos administrados de apoio à pesquisa – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura organizacional do BNB está desenhada com base em princípios de boa governança corporativa que visam prover solidez ao Banco por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos, tendo em vista sua missão desenvolvimentista. O

Banco conta com uma diretoria para tratar de controle e risco, atendendo às Resoluções nº 3.380, 3.464 e 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinam às instituições financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO



A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional e definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar, em conjunto com as demais áreas do Banco, as ações de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal; e implementar controles internos, de forma segregada das demais áreas, das atividades desenvolvidas em todas as unidades do Banco, envolvendo os processos operacionais e gerenciais, sistemas de informações e, ainda, assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco em suas atividades e sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos, com vistas a assegurar a eficiência dos controles existentes em cada processo; acompanhar o cumprimento, pelas demais áreas do Banco, das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição; e verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como funções: definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal, especialmente de gestores e responsáveis pela guarda e movimentação de numerário; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, bem como monitorar a efetividade dos procedimentos adotados. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez do BNB constará de seu Relatório Anual 2011, a ser editado ao longo do ano de 2012. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal *www.bnb.gov.br* e distribuído a público de

relacionamento do Banco. Nesse endereço da Internet, no *link* Relação com Investidores, podem ainda ser encontradas informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular 3.477 do Banco Central.

Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, Ouvidoria Institucional e Comissão de Ética

O Comitê de Auditoria do BNB, instituído e regulamentado por intermédio da Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional, é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração do Banco. As atividades do Colegiado são relatadas semestralmente por meio do seu Relatório de Atividades, cujo resumo compõe a publicação do conjunto das Demonstrações Financeiras do BNB. Durante o ano de 2011 o Comitê de Auditoria focou sua atuação no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Independente, Auditoria Interna, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Financeiras, procedimentos de recuperação de crédito e no desempenho da Ouvidoria. Atuou, também, oferecendo recomendações à Diretoria do Banco quanto ao aperfeiçoamento de controles e à observância de normas legais e regulamentos internos.

A Auditoria Interna, no cumprimento de sua responsabilidade de assessorar a alta administração e colegiados estatutários com informações sobre a eficácia do gerenciamento de riscos da Instituição, realizou 37 trabalhos de auditoria em 2011, sendo 16 trabalhos em processos de negócios e de suporte, 10 relacionados à tecnologia da informação e 11 para cumprimento de exigências legais. No propósito de aprimorar o sistema de governança corporativa do BNB visando à mitigação de riscos legais, operacionais e de imagem, a Área de Auditoria coordena, de forma integrada, as demandas oriundas de órgãos de controle, fiscalização, supervisão e auditoria externa, bem como de outros órgãos externos, desde que originadas de trabalhos executados por esses órgãos no Banco.

A Ouvidoria, como órgão legítimo de representação do cidadão no BNB, provê tratamento das demandas encaminhadas pelos clientes em instância de recurso às soluções eventualmente não satisfatórias fornecidas pelos canais habituais de atendimento. Atua como interlocutora com as instâncias internas da instituição à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, por vezes exercendo o papel de mediadora de conflitos. Com estabelecimento de parcerias internas, a Ouvidoria estimula o aperfeiçoamento da qualidade dos processos, produtos e serviços. Em 2011 a Ouvidoria atendeu a 454 manifestações entre reclamação, denúncia, sugestão, informação e elogio.

A Comissão de Ética do BNB é um colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regramentos dos Decretos nº 1.171, de 22.06.1994, e nº 6.029, de 01.02.2007, do governo federal. As atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP). Em 2011 merece destaque a aprovação pela Diretoria e Conselho de Administração do Banco da versão atualizada do Código de Conduta Ética, tornando o texto adequado à legislação vigente.

Relacionamento com Investidores e com Mercado Financeiro

Consolidando o seu esforço de colocação de papéis no mercado de capitais, o BNB continua participando na distribuição de operações neste segmento, cujo valor total alcançou no ano de 2011 a marca de R$ 307,6 milhões nos mercados primário e secundário. Melhorar o atendimento aos

acionistas também vem merecendo destaque por parte da Unidade de Relacionamento com Investidores, mediante o fornecimento, principalmente, de informações sobre a distribuição de dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP) e a posição acionária detida por cada acionista.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o BNB informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no ano de 2011, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2012

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4- Informações por Segmento
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas
Nota 10- Outros Créditos
Nota 11- Carteira de Câmbio
Nota 12- Permanente
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos
Nota 16- Outras Obrigações
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 25- Benefícios a Empregados
Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 30- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM Nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM Nº 582, de 31.07.2009).
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM Nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM Nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009);e
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação (Deliberação CVM Nº 604, de 19.11.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

a.1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;

a.2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e

a.3) são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Notas Explicativas

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de “swap” são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN Nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R$ 240) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O PIS/PASEP e a COFINS são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do

Notas Explicativas

benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM Nº 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m)Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n)Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a)Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b)FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *perfomance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.12.2011 e 31.12.2010.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	2º Sem/2011			31.12.2011			31.12.2010		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	**1.803.896**	**691.842**	**2.495.738**	**3.154.365**	**1.365.304**	**4.519.669**	**2.255.281**	**1.105.202**	**3.360.483**
Receitas de Operações de Crédito	989.381	-	989.381	1.772.643	-	1.772.643	1.489.809	-	1.489.809
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	452.330	265.209	717.539	823.007	542.521	1.365.528	474.641	414.129	888.770
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	65.827	-	65.827	25.660	-	25.660	(36.140)	-	(36.140)
Resultado de Operações de Câmbio	129.215	-	129.215	163.871	-	163.871	73.161	-	73.161
Resultado de Aplicações Compulsórias	11.765	-	11.765	20.162	-	20.162	15.667	-	15.667
Outras Receitas	155.378	426.633	582.011	349.022	822.783	1.171.805	238.143	691.073	929.216
Despesas	**(1.088.206)**	**(575.533)**	**(1.663.739)**	**(1.627.827)**	**(1.019.343)**	**(2.647.170)**	**(1.069.387)**	**(805.739)**	**(1.875.126)**
Despesas de captação no mercado	(622.226)	-	(622.226)	(1.048.740)	-	(1.048.740)	(591.142)	-	(591.142)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(320.721)	(253.275)	(573.996)	(328.843)	(518.109)	(846.952)	(78.235)	(395.492)	(473.727)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(129.924)	(250.907)	(380.831)	(234.909)	(429.782)	(664.691)	(400.010)	(406.384)	(806.394)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(15.335)	(71.216)	(86.551)	(15.335)	(71.216)	(86.551)	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	-	(135)	(135)	-	(236)	(236)	-	(3.863)	(3.863)
Margem Financeira	**715.690**	**116.309**	**831.999**	**1.526.538**	**345.961**	**1.872.499**	**1.185.894**	**299.463**	**1.485.357**
Rendas de Prestação de Serviços	135.938	554.686	690.624	251.507	1.075.514	1.327.021	346.045	887.947	1.233.992
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	15.300	-	15.300	24.735	-	24.735	12.768	-	12.768
Pasep e Cofins	**(42.273)**	**(45.821)**	**(88.094)**	**(82.635)**	**(90.511)**	**(173.146)**	**(77.027)**	**(77.987)**	**(155.014)**
Resultado após tarifas e comissões	**824.655**	**625.174**	**1.449.829**	**1.720.145**	**1.330.964**	**3.051.109**	**1.467.680**	**1.109.423**	**2.577.103**
Despesas Administrativas			**(1.009.991)**			**(1.856.535)**			**(1.679.372)**
Despesas de pessoal			(596.639)			**(1.081.293)**			**(1.019.740)**
Depreciação e Amortização			(13.952)			**(27.346)**			**(25.551)**
Outras despesas administrativas			(399.400)			**(747.896)**			**(634.081)**
Outras Despesas			**(213.079)**			**(452.713)**			**(300.079)**
Despesas de provisões, exceto crédito			**(25.346)**			**(66.382)**			**(65.738)**
Lucro antes da tributação e participações			**201.413**			**675.479**			**531.914**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			(175.399)			**(323.603)**			**(174.086)**
Participações no lucro			(11.908)			**(37.077)**			**(44.238)**
Lucro Líquido			**14.106**			**314.799**			**313.590**

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em moeda nacional	94.777	80.923
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.309	1.468
Total da Disponibilidade de Caixa	**97.086**	**82.391**
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	4.016	88.333
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.084.591	3.698.775
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.185.693**	**3.869.499**

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	**3.036.454**	**3.451.521**
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	3.002.525	3.363.525
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	33.929	87.996
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**203.829**	**420.589**
Aplicações em Moeda Estrangeira	14.987	13.475
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	188.842	407.114
TOTAL	**3.240.283**	**3.872.110**
SALDO DE CURTO PRAZO	3.240.283	3.872.110

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	**173.604**	**350.862**	**324.934**
Posição Bancada	167.719	340.397	316.614
Posição Financiada	5.885	10.465	8.320
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	**16.236**	**32.476**	**22.715**
TOTAL	**189.840**	**383.338**	**347.649**

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Títulos Disponíveis para Venda	10.049.334	7.758.083
Títulos Mantidos até o Vencimento	13.559	8.378
Diferencial a Receber Swap	44.894	305
TOTAL	**10.107.787**	**7.766.766**
SALDO DE CURTO PRAZO	233.192	1.026.946
SALDO DE LONGO PRAZO	9.874.595	6.739.820

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2011				31.12.2010			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	**9.527.312**	**9.530.187**	**2.875**		**7.288.386**	**7.259.257**	**(29.129)**	
Letras Financeiras do Tesouro	7.461.949	7.462.115	166	2012 a 2018	5.648.455	5.646.915	(1.540)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	1.091.120	1.141.978	50.858	2050	844.817	844.253	(564)	2015
Letras Financeiras	30.302	30.302	-	2016	30.313	30.313	-	2016
Debêntures	898.502	876.719	(21.783)	2013 a 2018	520.905	520.204	(701)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	13.588	13.370	(218)	2013	30.811	30.811	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	-	-	-		182.165	182.165	-	2011
Títulos Públicos Federais – FCVS e Outros	31.598	5.518	(26.080)	2027	30.902	4.583	(26.319)	2027
Títulos da Divida Agrária	253	185	(68)	2012 a 2022	18	13	(5)	2011 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**14.750**	**13.434**	**(1.316)**		**15.799**	**14.552**	**(1.247)**	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.316	-	(1.316)	2014	1.247	-	(1.247)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	13.079	13.079	-	2014	14.552	14.552	-	2012
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	235	235	-	Sem vencimento	-	-	-	
FGO – Fundo de Garantia de Operações	120	120	-	Sem vencimento	-	-	-	
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	**144.159**	**227.146**	**82.987**		**144.159**	**258.673**	**114.514**	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	428	(3.783)	Sem vencimento	4.211	506	(3.705)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	226.718	86.770	Sem vencimento	139.948	258.167	118.219	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA[(1)]	**279.532**	**278.567**	**(965)**		**226.188**	**225.601**	**(587)**	
Letras Financeiras do Tesouro	275.236	275.268	32	2013 a 2017	221.920	221.920	-	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	614	-	(614)	1993	587	-	(587)	1993
Debêntures	3.682	3.299	(383)	2018	3.681	3.681	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	**9.965.753**	**10.049.334**	**83.581**		**7.674.532**	**7.758.083**	**83.551**	
Crédito Tributário	-	-	23.453		-	-	13.873	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(56.885)		-	-	(47.294)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	**-**	**-**	**50.149**		**-**	**-**	**50.130**	

Nota: (1) Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R$ 217.193 de LFT em 31.12.2010 e R$ 89 de CVS (R$ 74 em 31.12.2010) não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia-CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R$ 83.581 (R$ 83.551 em 31.12.2010). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R$ 50.149 (R$ 50.130 em 31.12.2010).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2011			31.12.2010		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	**13.559**	**13.559**		**8.378**	**8.378**	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.691	1.691	2013 (*)	1.608	1.608	2011 (*)
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	453	453	2012 a 2014	421	421	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	8.609	8.609	2017 (*)	5.200	5.200	2017 (*)
FGO-Fundo de Garantia de Operações	-	-		231	231	Sem Vencimento
FIP Brasil Agronegócios	2.806	2.806	2018 (*)	918	918	2018 (*)
TOTAL DA CATEGORIA	**13.559**	**13.559**		**8.378**	**8.378**	

(*) Vencimento Previsto

a.4) Em dezembro de 2011, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Garantia de Operações-FGO (R$ 120) na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para a categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:
-1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e BM&FBOVESPA;
-2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na CETIP S.A. – Mercados Organizados;
-3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	173.604	350.862	324.934
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	16.236	32.476	22.715
Títulos de Renda Fixa	525.178	976.902	537.428
Títulos de Renda Variável	2.521	5.288	3.693
TOTAL	**717.539**	**1.365.528**	**888.770**

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.
Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.
As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.
Na posição de 31.12.2011 o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	44.769	-	44.338	-	431	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	360.759	125	21.128	125	7.147	-	13.981
TOTAL	**869.779**	**44.894**	**21.128**	**44.463**	**7.147**	**431**	**13.981**

Composição em 31.12.2010							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	28.855	-	11.174	-	17.681
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	544.399	305	29.283	148	17.459	157	11.824
TOTAL	**1.053.419**	**305**	**58.138**	**148**	**28.633**	**157**	**29.505**

Notas Explicativas

Valores em Risco de Operações de Swap	31.12.2011	31.12.2010
HEDGE DE RISCO DE MERCADO –ATIVO	562.301	488.587
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	566.822	485.113
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	453.266	667.566
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	439.143	655.709

Composição em 31.12.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	**Diferencial a Receber**	**Diferencial a Pagar**
Até 3 meses	9	580
3 a 12 meses	25	7.035
1 a 3 anos	56	10.639
3 a 5 anos	44.804	2.874
TOTAL	**44.894**	**21.128**

Composição em 31.12.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	**Diferencial a Receber**	**Diferencial a Pagar**
Até 3 meses	53	2.490
3 a 12 meses	157	9.628
1 a 3 anos	95	13.000
3 a 5 anos	-	33.020
TOTAL	**305**	**58.138**

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Swap	65.827	25.660	(36.140)
TOTAL	**65.827**	**25.660**	**(36.140)**

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	223.654	196.368
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	36.909	33.680
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	32.369	27.718
Tesouro Nacional - Crédito Rural	5.406	4.300
TOTAL	**298.338**	**262.066**
SALDO DE CURTO PRAZO	265.547	234.019
SALDO DE LONGO PRAZO	32.791	28.047

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	8.023	15.189	11.779
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.790	3.467	10.710
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	39	106	113
Desvalorização de Créditos Vinculados	1.913	1.400	(6.935)
TOTAL	**11.765**	**20.162**	**15.667**

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas:

Especificação	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	**11.212.168**	**(621.838)**	**10.715.838**	**(580.934)**
Curto Prazo	5.251.775	(301.060)	4.470.238	(246.074)
Longo Prazo	5.960.393	(320.778)	6.245.600	(334.860)
Outras Rubricas com Características de Crédito	**586.892**	**(8.222)**	**571.930**	**(71.984)**
Curto Prazo	147.451	(3.555)	82.839	(18.321)
Longo Prazo	439.441	(4.667)	489.091	(53.663)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	**11.799.060**	**(630.060)**	**11.287.768**	**(652.918)**

Notas Explicativas

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Adiantamentos a Depositantes	90	1.417
Empréstimos	5.002.849	4.882.670
Títulos Descontados	175.036	170.113
Financiamentos	1.968.974	1.716.772
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	275.591	24.311
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	473.643	533.239
Financiamentos Rurais e Agroindustriais(1)	1.466.409	1.961.023
Financiamentos Imobiliários (2)	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.849.333	1.426.050
Subtotal de Operações de Crédito	**11.212.168**	**10.715.838**
Avais e Fianças Honrados	-	20
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.866	9.896
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.517	2.298
Títulos e Créditos a Receber	3.348	40.526
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (3)	569.161	519.190
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	**586.892**	**571.930**
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	**11.799.060**	**11.287.768**

Notas:

(1) Redução de **R$ 685.000** em financiamentos rurais e agroindustriais, em virtude de reclassificação para contas de compensação "PATRIMÔNIO DE FUNDOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS", por se tratarem de operações de crédito administradas pelo Banco com recursos, principalmente, do Fundo de Terras, Banco da Terra, INCRA - Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras. Em contrapartida, ocorreu a reclassificação do passivo que se encontrava registrado em "OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS" (Nota 14.c)

(2) Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

(3) Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos e Títulos Descontados	450.093	888.272	759.469
Financiamentos	391.993	614.342	403.112
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	73.729	149.610	171.478
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	73.265	120.472	156.964
Avais e Fianças Honrados	1	2	1
Outros Valores	300	(55)	(1.215)
TOTAL	**989.381**	**1.772.643**	**1.489.809**

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal (1)

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
Rural	79.285	50.312	27.548	99.642	121.254	1.039.492	1.417.533	1.882.050
Indústria	276.335	246.925	198.431	485.489	455.385	1.423.520	3.086.085	2.505.673
Governo	4.005	4.005	16.256	11.504	40.676	1.254.600	1.331.046	1.257.660
Outros Serviços	115.950	127.553	296.456	311.477	542.500	1.587.183	2.981.119	2.715.425
Comércio	265.653	216.678	188.123	587.659	540.282	403.353	2.201.748	1.778.739
Intermediários Financeiros	13.888	15.091	13.282	39.370	62.874	116.674	261.179	695.342
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	4.591	4.062	4.033	11.047	7.913	13.895	45.541	48.783
T O T A L	**759.950**	**664.626**	**744.129**	**1.546.188**	**1.770.884**	**5.838.717**	**11.324.494**	**10.883.915**

Nota:

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

	Parcelas Vincendas							
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
Rural	145	109	158	760	4.019	13.351	18.542	32.184
Indústria	2.668	2.647	7.327	7.423	14.233	29.556	63.854	32.213
Outros Serviços	3.735	3.886	2.682	12.865	13.596	37.825	74.589	45.564
Comércio	5.516	7.087	7.782	15.044	25.631	45.477	106.537	77.687
Intermediários Financeiros	142	135	138	402	733	2.290	3.840	16
Pessoas Físicas	361	319	291	736	1.001	1.349	4.057	4.038
T O T A L	**12.567**	**14.183**	**18.378**	**37.230**	**59.213**	**129.848**	**271.419**	**191.702**

Notas Explicativas

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	**01 a 14 dias**	**15 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Total em 31.12.2011**	**Total em 31.12.2010**
Rural	56	1.062	379	2.123	6.391	12.496	16.027	38.534	60.270
Indústria	1.213	3.783	6.567	7.320	8.901	9.466	1.925	39.175	67.848
Outros Serviços	1.390	7.489	12.879	7.627	9.075	13.450	8.717	60.627	38.589
Comércio	1.959	4.555	11.136	7.686	19.940	14.277	578	60.131	41.802
Intermediários Financeiros	34	-	145	112	416	237	-	944	2
Pessoas Físicas	75	554	527	342	721	1.306	211	3.736	3.640
T O T A L	**4.727**	**17.443**	**31.633**	**25.210**	**45.444**	**51.232**	**27.458**	**203.147**	**212.151**

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	**31.12.2011**				**31.12.2010**			
	Crédito Normal (1)	**Crédito em Atraso**	**Total da Carteira**	**Valor da Provisão**	**Crédito Normal (1)**	**Crédito em Atraso**	**Total da Carteira**	**Valor da Provisão**
AA	3.315.259	-	3.315.259	-	3.640.505	-	3.640.505	-
A	5.094.425	-	5.094.425	25.472	3.847.921	-	3.847.921	19.239
B	2.218.403	34.180	2.252.583	22.526	2.635.606	38.743	2.674.349	26.743
C	261.866	41.691	303.557	9.106	262.461	23.563	286.024	8.581
D	139.191	50.527	189.718	18.972	111.266	18.644	129.910	12.991
E	32.618	43.662	76.280	22.884	56.686	36.090	92.776	27.833
F	16.203	24.800	41.003	20.502	34.525	46.511	81.036	40.518
G	28.007	24.117	52.124	36.487	17.621	43.157	60.778	42.544
H	218.522	255.589	474.111	474.111	277.324	197.145	474.469	474.469
TOTAL	**11.324.494**	**474.566**	**11.799.060**	**630.060**	**10.883.915**	**403.853**	**11.287.768**	**652.918**

Nota:
(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Saldo Inicial	652.918	615.845
(+) Constituição de provisão líquida no período (1)	215.557	392.528
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(238.415)	(355.455)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	**630.060**	**652.918**
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.e)	46.064	31.706
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**676.124**	**684.624**

Nota:
(1) Do total de provisão do exercício, R$ 20.141 referem-se a valores registrados em atendimento às determinações do Ofício GTRJA/Cosup- 03/2011/77, de 22.12.2011, do Banco Central do Brasil, fundamentadas nas disposições do artigo 3° da Resolução CMN N° 2682, de 21.12.1999.

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	**2º Sem/2011**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	132.707	265.187	356.324
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	4.862	4.862	57.357
(-) Reversões de provisões operacionais	(26.431)	(54.492)	(21.153)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	**111.138**	**215.557**	**392.528**
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	18.786	19.352	8.630
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	-	(1.148)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**129.924**	**234.909**	**400.010**

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 120.472 (R$ 156.964 em 31.12.2010) e as renegociações importaram em R$ 750.172 (R$ 787.810 em 31.12.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2011, um efeito positivo no valor de R$ 209.488 (R$ 89.582 em 31.12.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	**2º Sem/2011**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Efetivação de Rendas	39.272	72.772	54.611
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	36.479	53.186	28.998
Despesas com Deságios	(12.092)	(24.117)	(11.767)
Efeito Líquido de Provisões	57.541	107.647	17.740
TOTAL	**121.200**	**209.488**	**89.582**

Notas Explicativas

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	**-**	**20**
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	**641.071**	**521.843**
c) Rendas a Receber	**22.902**	**25.570**
d) Diversos	**1.280.317**	**1.007.017**
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	250.629	277.353
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	23.453	13.873
Devedores por Depósitos em Garantia	644.977	367.471
Impostos e Contribuições a Compensar	**207.830**	**177.148**
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	200.124	170.353
Outros Valores	7.706	6.795
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	3.348	40.526
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.095	2.111
Pagamentos a Ressarcir	8.246	8.110
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	4.843	8.320
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	26.648	27.142
Outros Valores	81.500	58.215
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	**(54.286)**	**(103.690)**
Com Características de Concessão de Crédito	(8.222)	(71.984)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	(46.064)	(31.706)
TOTAL	**1.890.004**	**1.450.760**
SALDO DE CURTO PRAZO	1.778.988	1.380.525
SALDO DE LONGO PRAZO	111.016	70.235

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	627.494	511.266
Direitos sobre Vendas de Câmbio	762	2.883
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(51)	(2.202)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.866	9.896
Ativo Circulante (Nota 10.b)	**641.071**	**521.843**
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	569.584	532.891
Câmbio Vendido a Liquidar	765	2.855
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(569.161)	(519.190)
Outros Valores	-	45
Passivo Circulante (Nota 16.b)	**1.188**	**16.601**

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Rendas de Câmbio	129.541	164.406	74.128
Despesas de Câmbio	(326)	(535)	(967)
TOTAL	**129.215**	**163.871**	**73.161**

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2010	Exercício de 2011				31.12.2011		
		Movimentações						
	Saldo Contábil	Adições	Exclusões	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	5.010	(5.010)	-
Ações e Cotas	652	-	-	-	652	945	(293)	652
Bens Artísticos e Valiosos	777	139	-	-	916	916	-	916
TOTAL	**1.429**	**139**	**-**	**-**	**1.568**	**6.871**	**(5.303)**	**1.568**

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2010	Exercício de 2011					31.12.2011			
		Movimentações								
	Saldo Contábil	Adições	Exclusões	Depreciação	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Edificações	103.926	8.675	(2.876)	(9.209)	-	100.517	226.144	(125.627)	-	100.517
Sistema de Processamento de Dados	17.210	13.639	-	(7.698)	-	23.151	68.488	(45.337)	-	23.151
Móveis e Equipamentos de Uso	22.648	3.605	(81)	(4.084)	-	22.087	50.322	(28.235)	-	22.087
Terrenos	17.498	225	(698)	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	7.858	924	(2)	(1.521)	-	7.259	16.167	(8.908)	-	7.259
Sistema de Comunicação	158	15	(5)	(28)	-	139	424	(285)	-	139
Imobilização em Curso (1)	5.586	(1.098)	(282)	-	-	4.206	4.206	-	-	4.206
Sistema de Segurança	4.266	1.556	(30)	(926)	-	4.867	10.944	(6.077)	-	4.867
Sistema de Transporte	9.069	66	-	(2.818)	-	6.318	16.121	(9.803)	-	6.318
TOTAL	**188.219**	**27.607**	**(3.974)**	**(26.284)**	**-**	**185.569**	**409.841**	**(224.272)**	**-**	**185.569**

Nota:

(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

c) Diferido

Especificação	31.12.2010	Exercício de 2011					31.12.2011			
		Movimentações								
	Saldo Contábil	Adições	Exclusões	Amortização	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Beneficiários	2.391	358	-	(1.054)	-	1.695	4.583	(2.888)	-	1.695
Gastos com aquisição Desenvolv. de Logiciais	16	-	-	(8)	-	8	41	(33)	-	8
TOTAL	**2.407**	**358**	**-**	**(1.062)**	**-**	**1.703**	**4.624**	**(2.921)**	**-**	**1.703**

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a.1) Depósitos à Vista	**183.624**	**134.119**
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	28.344	31.487
Depósitos de Governos	32.763	20.446
Depósitos Vinculados	44.610	39.117
Pessoas Jurídicas	63.739	30.369
Pessoas Físicas	11.978	9.363
Outros Valores	2.190	3.337
a.2) Depósitos de Poupança	**1.329.994**	**1.288.569**
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	839.805	740.681
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	489.013	546.832
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.176	1.056
a.3) Depósitos Interfinanceiros	**588.986**	**684.128**
a.4) Depósitos a Prazo	**6.861.895**	**6.387.223**
Depósitos a Prazo	5.000.379	5.048.516
Depósitos Judiciais com Remuneração	567.361	202.751
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	**50.795**	**370.420**
Proger Urbano	13.293	18.200
Pronaf	262	273
Protrabalho	3.320	3.535
Infraestrutura	20.404	328.476
Estiagem	84	155
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	13.432	19.781
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	**571.594**	**316.372**
Proger Urbano	62.810	60.448
Pronaf	561	-
Protrabalho	159.624	964
Infraestrutura	249.455	192.453
Estiagem	9.838	50.731
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	89.306	11.776
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	670.169	447.569
Outros Valores	1.597	1.595
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	**-**	**15.542**
TOTAL	**8.964.499**	**8.509.581**
SALDO DE CURTO PRAZO	5.115.979	3.772.031
SALDO DE LONGO PRAZO	3.848.520	4.737.550

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Carteira Própria	**670.444**	**436.293**
Letras Financeiras do Tesouro	670.444	436.293
Carteira de Terceiros	**33.929**	**87.996**
Letras Financeiras do Tesouro	33.929	87.996
TOTAL	**704.373**	**524.289**
SALDO DE CURTO PRAZO	637.812	460.893
SALDO DE LONGO PRAZO	66.561	63.396

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de Captações com Depósitos	**(579.023)**	**(973.088)**	**(543.046)**
Depósitos a Prazo	(283.738)	(550.126)	(393.896)
Depósitos de Poupança	(33.967)	(66.127)	(52.176)
Depósitos Judiciais	(24.070)	(35.698)	(5.446)
Depósitos Interfinanceiros	(8.587)	(19.658)	(15.706)
Depósitos Especiais - FAT	(56.991)	(111.196)	(68.306)
Despesa com Recebimento de Aceites e Emissão de Títulos	(166.973)	(180.822)	-
Outros Depósitos	(4.697)	(9.461)	(7.516)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	**(43.203)**	**(75.652)**	**(48.096)**
Carteira de Terceiros	(5.889)	(10.473)	(8.297)
Carteira Própria	(37.314)	(65.179)	(39.799)
TOTAL	**(622.226)**	**(1.048.740)**	**(591.142)**

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
Empréstimos no País	-	16.511	16.511	16.510	-	-	49.532	60.875
Empréstimos no Exterior	241.007	592.250	-	-	-	-	833.257	446.603
Repasses do País	59.938	113.489	195.718	315.845	418.357	183.338	1.286.685	1.686.776
Repasses do Exterior	13.797	67.494	158.676	168.489	267.725	164.211	840.392	729.165
TOTAL	**314.742**	**789.744**	**370.905**	**500.844**	**686.082**	**347.549**	**3.009.866**	**2.923.419**

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	49.532	60.875
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	833.257	446.603
TOTAL		**882.789**	**507.478**
SALDO DE CURTO PRAZO		849.768	461.822
SALDO DE LONGO PRAZO		33.021	45.656

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2011	31.12.2010
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	**992**	**1.086**
BNDES		**1.152.894**	**933.260**
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	919.432	712.269
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	233.462	220.991
FINAME		**132.799**	**52.859**
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	116.710	38.276
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	16.089	14.583
Outras Instituições		**-**	**699.571**
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	SELIC/TJLP/6,0	-	81.699
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4,0 a 18,0	-	126.302
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra merc./ 2,0 a 10,0	-	491.570
TOTAL		**1.286.685**	**1.686.776**
SALDO DE CURTO PRAZO		173.427	289.427
SALDO DE LONGO PRAZO		1.113.258	1.397.349

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2011	31.12.2010
BID-Prodetur	USD + 1,24 ou UCBID + 2,26	833.307	722.200
BID-Outros Programas	USD + 1,24	6.703	6.456
Outros Programas	USD + 6,0	382	509
TOTAL		**840.392**	**729.165**
SALDO DE CURTO PRAZO		81.291	66.808
SALDO DE LONGO PRAZO		759.101	662.357

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de Obrigações por Empréstimos	**(2.128)**	**(4.604)**	**(5.484)**
Obrigações por Empréstimos no País	(2.128)	(4.604)	(5.484)
Despesas de Obrigações por Repasses	**(195.304)**	**(250.727)**	**(121.605)**
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	**(46.996)**	**(93.619)**	**(74.911)**
Tesouro Nacional	(30)	(74)	(108)
BNDES	(44.686)	(84.911)	(66.654)
FINAME	(2.131)	(3.618)	(3.268)
Outras Instituições	(149)	(5.016)	(4.881)
Despesas de Repasses do Exterior	**(148.308)**	**(157.108)**	**(46.694)**
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	**(133.995)**	**(137.402)**	**(23.131)**
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**(242.569)**	**(454.219)**	**(323.507)**
TOTAL	**(573.996)**	**(846.952)**	**(473.727)**

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em milhares de US$	Valor Contratual em 31.12.2011	Valor de Mercado em 31.12.2011	Valor de Mercado em 31.12.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes (1)	09.11.2010	09.11.2015	300.000	566.108	567.244	485.487
Letras de Crédito do Agronegócio (2)	-	-	-	191.015	196.364	-

Notas:

(1) Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

(2) Título com prazo médio de 197 dias, sendo a taxa de atualização média de 90,76% a.a.,do CDI pro rata até o vencimento.

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	**4.805**	**5.604**
Recursos do Proagro	114	148
IOF a Recolher	4.601	5.389
Outros Tributos e Assemelhados	90	67
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	**1.188**	**16.601**
c) Sociais e Estatutárias	**12.254**	**130.687**
Dividendos e Bonificações a Pagar	342	96.519
Participações nos Lucros	11.912	34.168
d) Fiscais e Previdenciárias	**525.820**	**493.132**
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	**112.578**	**101.525**
Impostos e Contribuições	82.269	74.847
Causas Fiscais	30.309	26.678
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	**66.561**	**58.716**
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	56.885	47.294
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	9.676	11.422
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	**298.477**	**284.294**
Imposto de Renda	182.080	173.703
Contribuição Social	116.397	110.591
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	**48.204**	**48.597**
Negociação e Intermediação de Valores	**-**	**7**
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**4.720.077**	**3.746.175**
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.578.226	3.656.262
Outros Valores	141.851	89.913
f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	**1.137.872**	**1.004.166**
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	**1.216.319**	**1.101.848**
h) Diversas	**3.017.118**	**2.576.876**
Provisão para Passivos Contingentes	**1.767.867**	**1.436.231**
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	182.824	161.863
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	106.653	92.970
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	140	65
FNE (Nota 22.e.vii)	**1.386.807**	**1.177.757**
Repasse	1.149	372
Risco Integral	91.376	84.960
Risco Compartilhado	1.294.282	1.092.425
FDNE (Nota 22.e.ix)	1.593	277
PROAGRO (Nota 22.e.x)	3.299	3.299
Outros Passivos Contingentes (Notas 22.e.xi e 22.k)	86.551	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	**1.131.570**	**1.053.884**
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	**985.408**	**925.375**
Plano de Aposentadoria e Pensão	457.916	490.630
Plano de Assistência Médica	527.492	434.745
Despesa de Pessoal	114.564	94.143
Outros Valores	31.598	34.366
Outros Valores	**117.681**	**86.761**
TOTAL	**10.635.453**	**9.075.096**
SALDO DE CURTO PRAZO	2.675.384	3.378.351
SALDO DE LONGO PRAZO	7.960.069	5.696.745

Notas Explicativas

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. Seguem informações sobre a operação:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a	22.12.2010	1.137.872	1.004.166

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9°-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.216.319	1.101.848
Recursos disponíveis (1)	328.126	319.417
Recursos aplicados (2)	888.193	782.431
TOTAL	**1.216.319**	**1.101.848**

Notas: (1) São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

(2) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 159.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R$ 1.851.000 para R$ 2.010.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 31.12.2011					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Preferenciais**	**Total das Ações**	**% Capital Votante**	**% Capital Total**
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	**48.484.775**	**38.517.126**	**87.001.901**	**100,00**	**100,00**

Composição em 31.12.2010					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Preferenciais**	**Total das Ações**	**% Capital Votante**	**% Capital Total**
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	15.000	387.995	402.995	0,03	0,47
Outros	400.792	382.677	783.469	0,83	0,90
TOTAL	**48.484.775**	**38.517.126**	**87.001.901**	**100,00**	**100,00**

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R$ 25.198 (R$ 28.064 em 31.12.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no exercício importa em R$ 2.866 (R$ 2.437 em 31.12.2010) e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – Em R$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2011, representam, respectivamente, R$ 35,00 e R$ 38,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido	**314.799**	**313.590**
2.Ajuste de Exercícios Anteriores	-	65.534
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.397	2.437
4. Lucro Líquido Ajustado	**317.196**	**381.561**
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	15.740	15.680
Dividendos (Nota 19.e)	95.700	85.511
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	73.526	121.000
Reserva Estatutária (item 4 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	132.230	159.370

Notas Explicativas

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,0534% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Segue a demonstração dos cálculos dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido do Exercício	**314.799**	**313.590**
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	-	65.534
3. Reserva Legal Constituída	(15.740)	(15.680)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.397	2.437
5. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	36.635	44.238
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	**338.091**	**410.119**
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício	73.526	121.000
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(99)	(144)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	73.427	120.856
10. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	(66.478)	(110.201)
11. JCP complementar (item 7 + item 10)	7.048	10.799
12. Dividendos propostos no exercício	95.700	85.511
13. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa SELIC	(95.700)	(85.511)
14. Dividendos complementares (item 12 + item 13)	-	-
15. Total Destinado aos acionistas (item 7 + item 12) – 50,0534%	169.226	206.511
- JCP de R$ 0,80937744879 por ação ordinária (em 31.12.2010: JCP de R$ 1,331965889501 por ação ordinária)	39.236	64.569
- JCP de R$ 0,890315193449 por ação preferencial (em 31.12.2010: JCP de R$ 1,465162478331 por ação preferencial)	34.290	56.431
- Dividendos de R$ 1,05345972612 por ação ordinária (em 31.12.2010: Dividendos de R$ 0,94130871072 por ação ordinária)	51.069	45.631
-Dividendos de R$ 1,15880569878 por ação preferencial (em 31.12.2010: Dividendos de R$ 1,0354395819 por ação preferencial)	44.631	39.880

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R$ 27.972.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	**690.624**	**1.327.021**	**1.233.992**
Administração de Fundos de Investimentos	7.728	14.298	12.630
Administração de Fundos e Programas	574.302	1.106.150	923.079
Prestação de Serviços	108.594	206.573	298.283
b) Rendas de Tarifas Bancárias	**15.300**	**24.735**	**12.768**
c) Despesas de Pessoal	**(596.639)**	**(1.081.293)**	**(1.019.740)**
Proventos	(310.480)	(606.229)	(532.497)
Encargos Sociais	(122.170)	(235.373)	(192.173)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 600	(32.652)	(44.147)	(98.600)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 600	(84.515)	(109.239)	(111.663)
Beneficios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(46.822)	(86.305)	(84.807)
d) Outras Despesas Administrativas	**(413.352)**	**(775.242)**	**(659.632)**
Processamento de Dados	(67.097)	(124.484)	(123.984)
Propaganda e Publicidade	(16.622)	(29.309)	(33.924)
Serviços de Terceiros	(142.606)	(259.067)	(178.752)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(23.211)	(44.698)	(43.976)
Viagens	(7.996)	(14.623)	(14.775)
Comunicações	(16.409)	(30.519)	(31.844)
Depreciação e Amortização	(13.952)	(27.346)	(25.551)
Manutenção e Conservação de Bens	(16.335)	(31.612)	(28.622)
Vigilância, Segurança e Transporte	(17.685)	(32.770)	(26.525)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(10.626)	(19.874)	(20.916)
Serviços do Sistema Financeiro	(10.066)	(19.417)	(17.082)
Serviços Técnicos Especializados	(19.108)	(34.580)	(24.213)
Seguros	(2.125)	(4.150)	(3.813)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(20.197)	(50.248)	(36.991)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(355)	(894)	(956)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.828)	(3.586)	(3.353)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(10.000)	(19.200)	(16.200)
Outros Valores	(17.134)	(28.865)	(28.155)
e) Despesas Tributárias	**(96.622)**	**(188.995)**	**(173.182)**
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(88.094)	(173.177)	(155.145)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.584)	(14.423)	(15.416)
Outros Valores	(944)	(1.395)	(2.621)
f) Outras Receitas Operacionais	**574.230**	**1.164.760**	**927.571**
"Del credere" de Fundos Administrados	428.100	825.511	691.906
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	6.903	105.615	99.578
Reversão de Provisão Operacional sobre riscos com operações do FNE	11	11	847
Recuperação de Encargos e Despesas	6.734	10.871	8.703
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	-	131
Reversão de Provisões Operacionais	2.019	2.310	8.229
Juros e Comissões	386	899	2.868
Correção Monetária	1.627	6.650	4.420
Resultado da Marcação a Mercado	39.074	39.074	-
Atualização Monetária de Tributos	112	218	181
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	52.728	87.628	56.614
Outros Valores	36.536	85.973	54.094
g) Outras Despesas Operacionais	**(567.490)**	**(1.019.815)**	**(757.896)**
Variação Cambial da Área de Câmbio	(5.188)	(5.188)	(964)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(7.475)	(82.425)	(107.697)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1.052)	(1.052)	(160)
Descontos Concedidos em Renegociações	(44.321)	(48.509)	(47.348)
Encargos de Operações de Crédito	(7.709)	(12.513)	(18.175)
Riscos Fiscais	(7.078)	(12.881)	(6.835)
Riscos com Operações do FNE	(250.907)	(429.782)	(406.384)
Riscos com Operações do FDNE	(425)	(1.316)	(240)
Causas Trabalhistas	(13.460)	(32.821)	(40.428)
Causas Cíveis	(4.712)	(20.584)	(18.465)
Outras Causas	(96)	(96)	(10)
Outros Passivos Contingentes	(86.551)	(86.551)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(64.069)	(135.550)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(17.822)	(34.892)	(46.720)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(41.439)	(79.579)	(33.063)
Outros Valores	(15.186)	(36.076)	(31.407)
TOTAL	**(393.949)**	**(548.829)**	**(436.119)**

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no ano de 2011 foi de R$ 181.082 (R$ 145.381 em 31.12.2010) e a de Contribuição Social foi de R$ 115.798 (R$ 93.598 em 31.12.2010), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	564.875	366.676	564.875	366.676
Adições/Exclusões Permanentes	(51.043)	108.644	(51.252)	108.501
Adições/Exclusões Temporárias	262.354	280.319	262.354	280.319
Resultado Tributável antes das Compensações	776.186	755.639	775.977	755.496
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	(19.350)	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	776.186	736.289	775.977	735.142
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(193.024)	(156.260)	(115.798)	(93.598)
Deduções (Incentivos Fiscais)	11.942	10.879	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos	(181.082)	(145.381)	(115.798)	(93.598)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	(16.702)	40.558	(10.021)	24.335
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(197.784)	(104.823)	(125.819)	(69.263)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	35,01%	28,59%	22,27%	18,89%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	181.082	145.381	115.798	93.598
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	998	1.015	599	609
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	27.307	-	16.384
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	182.080	173.703	116.397	110.591
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	138.032	117.146	63.743	54.100
Valor do Ajuste no Período	44.048	56.557	52.654	56.491

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

Especificação	**IMPOSTO DE RENDA**		**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**		**TOTAL**	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.671	104.017	5.202	277.353	13.873
(+) Constituição de Créditos	73.511	2.259.150	44.120	1.355.490	117.632	3.614.640
(-) Realização de Créditos	(90.213)	(2.253.163)	(54.142)	(1.351.897)	(144.355)	(3.605.059)
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição:

Especificação	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
1. Total das Diferenças Temporárias	3.262.708	3.000.354	3.262.708	3.000.354
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.262.708	3.000.354	3.262.708	3.000.354
4.Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	815.678	750.089	489.406	450.053
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	14.658	8.671	8.795	5.202
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	830.336	758.760	498.201	455.255
7. Créditos Tributários Ativados sobre Diferenças Temporárias	156.634	173.336	93.995	104.017
8 Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	14.658	8.671	8.795	5.202
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	171.292	182.007	102.790	109.219
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) (1)	659.044	576.753	395.411	346.036

Nota:

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2011 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	56.063	51.096	33.638	30.658	89.701	81.754
2013	13.045	10.765	7.827	6.459	20.872	17.224
2014	10.401	7.802	6.240	4.681	16.641	12.483
2015	13.266	9.069	7.960	5.442	21.226	14.511
2016	63.859	39.826	38.330	23.904	102.189	63.730
TOTAL	**156.634**	**118.558**	**93.995**	**71.144**	**250.629**	**189.702**

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	7.167	7.167	4.300	4.300	11.467	11.467
2013	55	55	33	33	88	88
2014	2.444	2.444	1.467	1.467	3.911	3.911
2015	150	150	90	90	240	240
2016	3.055	3.055	1.833	1.833	4.888	4.888
2017 a 2019	1.329	1.329	797	797	2.126	2.126
2020 a 2022	6	6	3	3	9	9
2027 a 2029	452	452	272	272	724	724
TOTAL	**14.658**	**14.658**	**8.795**	**8.795**	**23.453**	**23.453**

c) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(88.094)	(173.177)	(155.145)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.584)	(14.423)	(15.416)
Outros Valores	(944)	(1.395)	(2.621)
Total	**(96.622)**	**(188.995)**	**(173.182)**

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outras que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010.

b)A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas

d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 31.12.2011 e 31.12.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	31.12.2011			31.12.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
1.1Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	**82.269**	**82.269**	**1**	**74.847**	**74.847**	**1**
1.2 Causas Fiscais	**850.647**	**30.309**	**201**	**554.803**	**26.678**	**179**
1.2.1 Obrigação Legal	1.063	1.063	10	551	551	7
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	849.584	29.246	191	554.252	26.127	172
Provável	29.246	29.246	-	26.127	26.127	-
Possível	617.180	-	-	363.126	-	-
Remota	203.158	-	-	164.999	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	**263.035**	**182.824**	**802**	**226.032**	**161.863**	**802**
Provável	182.824	182.824	-	161.863	161.863	-
Possível	31.463	-	-	25.716	-	-
Remota	48.748	-	-	38.453	-	-
2.2 Causas Cíveis	**2.519.657**	**106.653**	**4.984**	**1.834.025**	**92.970**	**4.590**
Provável	106.653	106.653	-	92.970	92.970	-
Possível	467.538	-	-	350.839	-	-
Remota [1]	1.945.466	-	-	1.390.216	-	-
2.3 Outras Causas	**697**	**140**	**44**	**3.947**	**65**	**65**
Provável	140	140	-	65	65	-
Possível	556	-	-	1.770	-	-
Remota	1	-	-	2.112	-	-

Nota:

[1] A variação da contingência passiva classificada com risco remoto, relacionada às causas cíveis, comparada à posição de 31.12.2010, decorreu, principalmente, em razão dos seguintes processos: a) Ação que visa indenização por danos morais, materiais, pagamento de honorários advocatícios e custas processuais, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R$ 83.518; b) Ação que visa pagamento de contribuição extra - CAPEF, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R$ 95.596; e c) Ação que visa devolução de valores indevidamente pagos, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R$ 36.275. Juntos os referidos processos apresentaram saldo líquido de variação na ordem de R$ 215.389.

Notas Explicativas

e) Demonstramos a movimentação das seguintes provisões:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	8.933	4.149
Reversão/Utilização/Baixa	(1.511)	(645)
Saldo Final	82.269	74.847
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	512	551
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.063	551
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	4.916	2.987
Reversão/Utilização/Baixa	(1.797)	(684)
Saldo Final	29.246	26.127
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	34.203	44.785
Reversão/Utilização/Baixa	(13.242)	(33.663)
Saldo Final	182.824	161.863
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.338
Constituição	23.836	38.025
Reversão/Utilização/Baixa	(10.153)	(40.393)
Saldo Final	106.653	92.970
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	159	12
Reversão/Utilização/Baixa	(84)	(514)
Saldo Final	140	65
vii) Férias		
Saldo Inicial	52.818	39.346
Constituição	68.777	67.870
Reversão/Utilização/Baixa	(63.262)	(54.398)
Saldo Final	58.333	52.818
viii) FNE		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	429.774	409.232
Reversão/Utilização/Baixa	(220.724)	(187.736)
Saldo Final	1.386.807	1.177.757
ix) FDNE		
Saldo Inicial	277	37
Constituição	1.316	240
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.593	277
x) PROAGRO		
Saldo Inicial	3.299	-
Constituição	-	3.299
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	3.299	3.299
xi) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	-	-
Constituição	86.551	-
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	86.551	-

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item "b", retromencionado.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item "d", subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:
Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 276.218. O processo foi ajuizado em 02.02.2011, portanto não existia estimativa de perda financeira na posição de 31.12.2010.

Notas Explicativas

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.12.2011, perfazem respectivamente, R$ 160.547 e R$ 108.879. Na posição de 31.12.2010, representavam, respectivamente, R$ 131.730 e R$ 85.032, ambas com nível de risco possível.
Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 83.321. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 1, com nível de risco remoto, valor este, estipulado na petição inicial.
Ação na esfera cível que visa Repetição de Indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 32.459. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 27.147, com nível de risco possível.
Ação na esfera cível que visa Indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes, sob a alegação de que o Banco não assumiu as responsabilidades pactuadas no Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, e muito menos no Termo de Parceira firmado, bem como de negativa na concessão de financiamento para a atividade da estrutiocultura (criação de avestruzes). A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R$ 22.624. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 18.921, com nível de risco possível.

i)Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíves e/ou remotas, conforme quadro abaixo:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Demandas Trabalhistas	414.916	162.830
Demandas Fiscais	197.267	169.532
Demandas Cíveis	23.825	16.878
Total	**636.008**	**349.240**

j)Do total de provisões registradas em Provisões para Passivos Contingentes/FNE em 2011, R$ 72.753 foi em atendimento às determinações do BACEN por meio do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011, fundamentadas nas disposições do art. 3º da Resolução CMN Nº 2682, de 21.12.1999.

k) O valor de R$ 86.551, registrado em Outros Passivos Contingentes, refere-se a provisões decorrentes da reclassificação de risco de um grupo de 153 operações de crédito, recomendadas pelo BACEN por meio do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011. Esta provisão será revertida ou transferida para a adequada conta de provisão para fazer face aos riscos de crédito, à medida em que a análise desta reclassificação for se efetivando.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Em 31.12.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R$ 1,00:

Remuneração Bruta [1]	31.12.2011
Máxima	26.481,45
Mínima	948,65
Média	6.983,98

Nota:
[1] Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Em 31.12.2011, os valores da remuneração do exercício paga pelo Banco à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R$ 1,00:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Remuneração Bruta [1]	**Diretoria**	
Maior remuneração individual	471.963,15	461.242,05
Menor remuneração individual	441.962,10	356.538,74
Remuneração média individual	452.923,95	400.675,96
Número de membros [2]	7	7
Remuneração Bruta [1]	**Conselho de Administração**	
Maior remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Menor remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Remuneração média individual	32.838,88	30.292,26
Número de membros [2]	6	6
Remuneração Bruta [1]	**Conselho Fiscal**	
Maior remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Menor remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Remuneração média individual	32.475,56	30.311,52
Número de membros [2]	5	5

Notas:
[1] Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.
[2] O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.077 (5.993 em 31.12.2010), registrando-se, um acréscimo de 1,40% no quadro de pessoal do Banco.

Notas Explicativas

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados - PLR
No exercício foi provisionado o valor de R$ 37.077, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R$ 36.635 referente à participação dos empregados, equivalente a 21,65% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 11,64% do lucro líquido do exercício.

NOTA 25– Benefícios a Empregados
Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:
- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas
A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil
O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.
O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC Nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial
O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições
Não existem, em 31.12.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)
A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial
O resultado atuarial do plano BD, na posição de 31.12.2011, apresenta-se superavitário em R$ 3.645 (superávit de R$ 6.311 em 31.12.2010) tendo como principais impactos o resultado positivo de investimentos, no valor de R$ 238.201, a reversão de contingências no valor de R$ 11.942, e dispêndios no importe de R$ 252.809, estes decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios e despesas administrativas. Merece destaque, a redução nas provisões matemáticas do plano de benefícios no valor de R$ 16.750, em face da revisão em seu plano de custeio, através do aumento da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos, de 21,25% para 21,50%, a partir de 01.01.2012.
A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31.12.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R$ 63.785, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica
O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições
Não existem, em 31.12.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições
O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação
A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM Nº 600:

Notas Explicativas

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	3.109.048	2.738.730	16.494	-	492.916	469.032
2. Custo do Serviço Corrente	16.743	17.359	45.267	18.024	54.109	39.443
3. Custo dos Juros	331.595	309.271	1.673	-	52.572	52.965
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano (1)	(256.183)	(239.416)	(52)	-	(68.015)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	51.900	52.425	-	-	11.792	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.765)	(7.786)	(1.689)	(788)	(15.501)	(13.633)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial (2)	(25.348)	238.465	(1.162)	(742)	73.445	(12.168)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916

Notas: (1) CAMED: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;
(2) Número de equilíbrio.

e) Análise da obrigação atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM Nº 600, na posição de 31.12.2011, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela CAPEF e CAMED, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 3.219.990 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 2.762.074, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 457.916;

ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 60.531 encontra-se integralmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R$ 60.531, não havendo obrigações atuariais a descoberto para esse plano.

b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 601.318 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 73.826, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 527.492.

f) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	2.618.418	2.255.509	16.494	-	58.171	11.789
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	375.219	296.148	2.336	-	5.747	1.535
3.Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	2.846	3.477	22.707	9.049	22.404	20.158
4.Contribuições Recebidas do Empregador (1)	54.662	55.871	22.559	8.975	43.902	139.250
5. Benefícios Pagos pelo Plano (2)	(256.183)	(239.416)	(52)	-	(68.015)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	51.900	52.425	-	-	11.792	10.201
7.Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.765)	(7.786)	(1.689)	(788)	(15.501)	(13.633)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano (3)	(77.023)	202.189	(1.824)	(742)	15.326	(58.205)
9.Valor justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	2.762.074	2.618.418	60.531	16.494	73.826	58.171

Notas: (1) CAPEF – Plano BD: Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; CAMED – Plano Natural: Contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;
(2) CAMED – Plano Natural: Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;
(3) Número de Equilíbrio.

g) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1.Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916
2.Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.762.074)	(2.618.418)	(60.531)	(16.494)	(73.826)	(58.171)
3.Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	457.916	490.630	-	-	527.492	434.745
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	457.916	490.630	-	-	527.492	434.745

h) Despesa reconhecida nas Demonstrações do Resultado

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Custo do Serviço Corrente	16.743	17.359	45.267	18.024	54.109	39.443
2. Contribuições de Empregados (1)	(2.846)	(3.477)	(22.707)	(9.049)	(22.404)	(20.158)
3. Custo dos Juros	331.595	309.271	1.673	-	52.572	52.965
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(375.219)	(296.148)	(2.336)	-	(5.747)	(1.535)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	51.675	36.276	662	-	58.119	46.037
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	26.495	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	21.948	89.776	22.559	8.975	136.649	116.752

Nota:
(1) Contribuições recebidas de participantes ativos

Notas Explicativas

i) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Renda Fixa	85,44%	82,92%	85,04%	98,66%	8,19%	22,67%
Renda Variável	4,81%	5,79%	14,96%	0,00%	91,13%	45,91%
Investimentos Imobiliários	6,33%	5,36%	0,00%	0,00%	0,68%	2,19%
Empréstimos e Financiamentos	3,41%	3,55%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,01%	2,38%	0,00%	1,34%	0,00%	29,23%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	1,36%	1,45%	0,00%	0,00%	8,19%	68,58%
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	0,67%	0,68%	0,00%	0,00%	0,68%	0,00%

j) Retorno real dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	375.219	296.148	2.336	-	5.747	1.535
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	(77.022)	202.189	(1.824)	(742)	15.324	(58.205)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	298.197	498.337	512	(742)	21.071	(56.670)

k) Valor presente da obrigação, valor justo dos ativos e superávit (déficit) no exercício corrente e nos últimos três exercícios

Especificação	CAPEF					
	Plano BD				Plano CV I	
	Deliberação CVM 600				Deliberação CVM 600	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.219.990)	(3.109.048)	(2.738.730)	(2.240.717)	(60.531)	(16.494)
2. Ativos do Plano	2.762.074	2.618.418	2.255.509	1.967.903	60.531	16.494
3. Superávit (déficit)	(457.916)	(490.630)	(483.221)	(272.814)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						
a. Montante	25.348	(238.465)	(392.699)	-	1.162	742
b. Percentual	(0,79%)	7,67%	14,34%	-	(1,92%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano						
a. Montante	(77.023)	202.189	107.755	-	(1.824)	(742)
b. Percentual	(2,79%)	7,72%	4,78%	-	(3,02%)	(4,50%)

Especificação	CAMED			
	Plano Natural			
	Deliberação CVM 600			
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
1. Obrigação de Benefício Definido	(601.318)	(492.916)	(469.032)	(366.769)
2. Ativos do Plano	73.826	58.171	11.789	23.617
3. Superávit (déficit)	(527.492)	(434.745)	(457.243)	(343.152)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(73.445)	12.168	(72.418)	-
b. Percentual	12,21%	(2,47%)	15,44%	-
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	15.326	(58.205)	(6.670)	-
b. Percentual	20,76%	(100,06%)	(56,58%)	-

l) Estimativa de contribuições para o exercício de 2012

l.1) Dados de Entrada

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,75%	10,75%	10,75%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	13,34%	14,41%	11,20%
3. Folha salarial de Participação Projetada (1)	50.274	234.574	-
4. Custo do Serviço Corrente	21.794	41.472	56.580
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos (1)	3.344	20.805	21.570
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.762.074	60.531	73.826
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.219.990	60.531	601.318

Nota:
(1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

Notas Explicativas

l.2) Estimativa do Custo Esperado

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente	21.794	41.472	56.580
2. Contribuições de Empregados (1)	(3.344)	(20.805)	(21.570)
3. Custo dos Juros	346.120	6.507	64.636
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(368.461)	(8.723)	(8.269)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	51.675	662	58.119
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	47.784	19.113	149.496

Nota:
(1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

m) Premissas utilizadas

m.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (CAPEF) e Plano Natural (CAMED)	Plano CV I (CAPEF)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT2000 - Homens;	AT2000 - Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do IAPC - Fraca (1)	Experiência do IAPC - Fraca (1)
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência da CAPEF - Fraca (2)	-
Tábua de Rotatividade	Nenhuma	-

Notas:
(1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;
(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

m.2) Premissas Econômicas

Especificação	CAPEF (% a.a.)		CAMED (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,98	5,98	5,98
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	13,34	14,41	11,20
Índice de aumento salarial real estimado	1,00	0,00	1,00
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	0,00	0,00	0,00
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	0,00	0,00	3,20
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	5,98	5,98	5,98

m.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

m.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

n) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos

Efeito da mudança de um ponto percentual na taxa de evolução de custos médicos	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	14.674	(7.762)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	82.125	(68.341)

o) Comentários adicionais

o.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;
o.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea "b" desta nota;
o.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600; e
o.4) Não existem passivos contingentes relacionados às obrigações de benefícios pós-emprego no Banco do Nordeste.

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R$ 37.747.461 (R$ 33.326.631 em 31.12.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R$ 4.576.207 (R$ 3.653.134 em 31.12.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R$ 445.076 (R$ 315.708 em 31.12.2010).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e

Notas Explicativas

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2011	Provisão em 31.12.2010
AA	2.786.457	-	-
A	11.429.317	28.549	25.186
B	8.880.056	44.875	35.642
C	899.438	13.453	9.232
D	599.739	30.004	17.470
E	281.753	42.434	31.192
F	262.615	66.089	72.859
G	225.288	86.689	56.646
H	2.113.108	1.074.714	929.530
TOTAL	**27.477.771**	**1.386.807**	**1.177.757**

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o "del credere" do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o "del credere" é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o "del credere" é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de "del credere" foi de R$ 822.771 (R$ 690.226 em 31.12.2010).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R$ 993.540 (R$ 816.783 em 31.12.2010).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	16/2006	2.036
PROGER-URBANO Investimento	17/2006	19.097
FAT - Infraestrutura	18/2006	274.523
PRONAF Investimento	19/2006	812
PROGER-RURAL - Custeio	20/2006	1.661
PRONAF - Custeio	01/2007	1.410
PROGER-RURAL - Investimento	02/2007	22.182
PROTRABALHO Investimento	04/2007	139.932
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.Orientado	01/2010	97.106
TOTAL		**558.759**

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R$ 622.390 (R$ 686.792 em 31.12.2010) têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R$ 50.795 (R$ 370.420 em 31.12.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2011		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.635	10	85	9.838	9.923
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	26.066	996	13.293	62.810	76.103
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	120.350	11.266	20.404	249.455	269.858
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	344	11	192	484	676
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	118	4	69	77	146
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	43.277	264	3.320	159.625	162.945
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	8.332	1.102	13.432	89.306	102.738
TOTAL			**201.122**	**13.653**	**50.795**	**571.595**	**622.389**

Notas Explicativas

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2010		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.169	17	155	11.776	11.931
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	20.950	460	18.200	60.448	78.648
FAT – Infraestrutura (4)	18/2006	RA	8.389	627	328.476	50.731	379.207
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	296	9	200	782	982
PROGER – RURAL- Custeio	20/2006	RA	496	7	-	-	-
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	92	3	73	182	255
PROGER RURAL- Investimento	02/2007	RA	3.186	31	-	-	-
PROTRABALHO- Investimento	04/2007	RA	52.103	985	3.535	192.453	195.988
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	402	121	19.781	-	19.781
TOTAL			**89.083**	**2.260**	**370.420**	**316.372**	**686.792**

Notas:

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basiléia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional**.**

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.
O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.
Área específica coordena a gestão operacional dos riscos, gerencia em nível corporativo: a) os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; b) propõe a definição de metodologias e modelos de gestão de risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; e c) promove a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.
Os riscos não se apresentam unicamente como ameaças, vez que também as oportunidades são eventos de riscos, sobretudo no âmbito estratégico. Sem descurar das oportunidades que se apresentem ao Banco, que são devidamente avaliadas, as diretrizes delineadas na política corporativa de gestão de riscos do Banco voltam-se para a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, abrangendo os respectivos controles.

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
O risco de crédito compreende:
- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte e de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou convenente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2011	31.12.2010
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COOBRIGAÇÕES	**27.900.112**	**25.403.408**
Público	**1.527.360**	**1.552.553**
Privado	**26.372.752**	**23.850.855**
Comércio	2.854.921	2.038.548
Comércio Exterior	835.083	522.239
Habitação	242	242
Indústria	6.563.170	4.183.965
Infraestrutura	4.414.467	3.404.530
Intermediários Financeiros	262.718	692.004
Microfinança Urbana	1.165.074	762.969
Pessoas Físicas	196.285	172.320
Rural	5.983.626	6.327.219
Outros Serviços	4.097.166	5.746.819
OPERAÇÕES DE MERCADO	**14.879.825**	**13.130.399**
Títulos Públicos Federais	**12.631.707**	**10.611.256**
Operações Compromissadas	4.415.402	4.327.417

Notas Explicativas

Outras	8.216.305	6.283.839
Depósitos Interfinanceiros	**188.842**	**407.114**
Outros Títulos e Valores Mobiliários	**1.147.537**	**1.022.417**
Outras Operações	**911.739**	**1.089.612**
DEMAIS ATIVOS	**1.872.530**	**1.520.759**
Valor Total das Exposições	**44.652.467**	**40.054.566**

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:
1) Limites de Risco
Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.
2) Avaliação de Risco
Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de miniprodutores rurais e microempreendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento, cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.
3) Classificação de Risco
Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente. A classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliação para um maior ou menor nível de risco. As operações acima de R$ 5.000, analisadas individualmente, cujos montantes importam em R$ 6.394.184 na posição de 31.12.2011 (R$ 6.130.588 em 31.12.2010) estão lastreadas por garantias reais (alienação fiduciária de bens móveis, hipoteca e penhor) e outras garantias (quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco – FGPC, vinculação de cotas e fiança bancária, dentre outras).

Em todas estas operações, o Banco exige um lastro de pelo menos 125% de cobertura e, no caso de garantias reais, determina a avaliação das mesmas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação.

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se o cenário mais conservador, ou seja, submetendo-se o fluxo de valores a receber a uma situação de estresse máximo, no qual as disponibilidades são comparadas aos compromissos previstos para os próximos 90 dias, desconsiderando-se todos os valores previstos a receber. Os níveis de liquidez mantidos, também levam em consideração as possibilidades de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos que não possuam vencimento definido.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:

- Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores e por prazos;

- GAP medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa do Banco;

- Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de liquidez;

- Fluxo de caixa; e

Notas Explicativas

- Mapa de descasamento cambial.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. Tal índice tem caráter eminentemente conservador, pois desconsidera todos os fluxos de reembolsos. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nos anos de 2011 e de 2010:

Especificação	2011 (%)	2010 (%)
Em 30 de junho	245,45%	290,82%
Média dos últimos 12 meses	227,39%	241,15%
Máximo dos últimos 12 meses	321,96%	312,57%
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15%	189,31%

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 31.12.2011 e 31.12.2010:

Especificação	31.12.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	10.968	202.145	379.955	-	-
Depósitos a Prazo	67.803	225.712	1.524.753	2.884.486	3.574.573
Operações Compromissadas	638.093	-	-	72.531	30.165
Letras do Agronegócio - LCA	47.951	70.784	81.907	-	-
Total	**764.815**	**498.641**	**1.986.615**	**2.957.017**	**3.604.738**
Recursos Disponíveis	**3.185.694**				

Especificação	31.12.2010				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	144.831	53.968	479.505	16.367	-
Depósitos a Prazo	44.489	384.187	589.673	4.214.105	3.189.624
Operações Compromissadas	461.206	-	44.311	37.450	-
Total	**650.526**	**438.155**	**1.113.489**	**4.267.922**	**3.189.624**
Recursos Disponíveis	**3.869.499**				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou

2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

1) No âmbito externo:

- Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;

- Realização de operações com a autoridade monetária;

- Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas; e

- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

2) No âmbito interno:

- Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;

- Suspensão de concessão de limites operacionais;

- Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;

- Renegociação de contratos com fornecedores; e

Notas Explicativas

- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:

- Elevação da taxa de captação de recursos;

- Captação de recursos em novos mercados;

- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;

- Transferência de carteira de crédito;

- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;

- Renegociação de passivos existentes;

- Venda de ativos; e

- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

c) Risco de Mercado

c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco leva em consideração múltiplos cenários, utilizando-se das seguintes metodologias:

1) VaR (value at risk) global, por carteira, por título e por indexador;

2) Duration global (ativos e passivos), por carteira, por título e por indexador;

3) Teste de estresse;

4) GAP medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa;

5) Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores;

6) Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado; e

7) Mapa de descasamento cambial.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
• Carteira de negociação: 1% do valor da carteira • Carteira de não-negociação: 5% do valor da carteira	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

c.2) Carteiras de Negociação e Não Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

1) **Carteira de negociação (*trading book*)**: constituída com operações realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 31.12.2011, ficou quantificado em R$ 290, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R$ 2.298.151 de composição desta carteira.

Na data base de 31.12.2011, o VaR representou apenas 0,0126% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

2) **Carteira de não negociação (*banking book*)**: formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco de taxas de juros da carteira de não negociação, relacionado à taxa de juros da economia, aos cupons cambiais, de taxas de juros e de índices de preços obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;

- Distribuição normal;

- Parâmetro estatístico;

- Desvio padrão dos retornos;

- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;

Notas Explicativas

- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;

- 12 vértices e suas respectivas correlações; e

- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado:

Especificação	31.12.2011	De 01.01.2011 a 31.12.2011		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	29.042	34.479	110.465	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	643	709	2.035	257
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	345	1.501	16.894	280
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	48.603	57.975	86.526	40.848
Especificação	**31.12.2010**	**De 01.01.2010 a 31.12.2010**		
		Médio	**Máximo**	**Mínimo**
Exposição Cambial Marcada a Mercado	43.648	51.879	90.299	11.267
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	381	895	1.863	195
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	16.652	21.227	30.543	16.652
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	74.721	47.351	81.296	16.048

c.2.2) Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da carteira de não negociação (CnN) para a posição de 31.12.2011, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2º da Circular do BACEN Nº 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DIxPre e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5% , 10% e 20% do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	*Basis Points*	Pontos Percentuais	*Basis Points*	Pontos Percentuais
Cupom de Índice de Preços	Cupom de IGP-M	209,2	2,09	469,8	4,70	1.284,7	12,85
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(509,0)	(5,09)	(844,5)	(8,45)	(1.281,0)	(12,81)
	Cupom de TR	sem estresse		sem estresse		sem estresse	
Juros Prefixados	Juros Prefixados	547,7	5,48	1.273,8	12,74	3.614,6	36,15

Verifica-se que os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco, apresentam-se bastante improváveis. Considerando as maiores exposições em 31.12.2011, atreladas aos fatores de risco de juros prefixados e TJLP, o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 5,99 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e negativo de 3,22 pontos percentuais no cupom nas operações em TJLP.

c.3 – Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	2.411.917	2.405.371	(6.546)	2.402.873	(9.044)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dólar	Redução do cupom de dólar	(4.370)	(12.160)	(7.790)	(13.969)	(9.599)
Cupom de IGP	Aumento do cupom de IGP	1.791.388	1.640.507	(150.880)	1.507.295	(284.093)
Cupom de IPCA	Redução do cupom de IPCA	(366.953)	(412.158)	(45.205)	(465.173)	(98.220)

Notas Explicativas

Cupom de TJLP	Redução do cupom de TJLP	(721.965)	(766.609)	(44.644)	(816.644)	(94.679)
Cupom de TR	Aumento do cupom de TR	(1.423.929)	(1.426.330)	(2.401)	(1.428.002)	(4.073)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.751.176	3.630.522	(120.654)	3.525.432	(225.744)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBOVESPA. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x PRE	Swap DI x Pre	(453.504)	(438.918)	(425.420)
		Ativo Prefixado	412.775	382.030	354.641
		Exposição Líquida	(40.729)	(56.888)	(70.779)
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x Dólar	Swap Dólar x DI	561.711	542.289	523.703
		Passivo em ME	(577.234)	(560.841)	(545.413)
		Exposição Líquida	(15.523)	(18.552)	(21.710)

Na data-base de 31.12.2011, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre
O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI
O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional especifica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontra-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções Nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (Commitments); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para

Notas Explicativas

31.12.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.12.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco do Nordeste foi de 16,32% (13,22% em 31.12.2010), enquanto o PR foi de R$ 4.604.614 (R$ 3.248.273 em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R$ 3.054.085 em 31.12.2011 (R$ 2.627.409 em 31.12.2010).

A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.604.614	3.248.273
. Nível I	2.302.307	2.146.806
. Nível II	2.302.307	1.101.467
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.054.085	2.627.409
. Parcela PEPR (1)	2.619.648	2.248.812
. Parcela PJUR	642	381
. Parcela PCOM	345	16.652
. Parcela POPR	433.450	361.564
c) Valor do RBAN	48.603	74.721
Margem (a-b-c)	1.501.926	546.143
Índice de Basiléia (Circ.BACEN Nº 3.477, de 28.12.2009)	16,58%	13,60%
Índice de Basiléia (Incluindo Valor RBAN)	16,32%	13,22%

Nota:

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN Nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Patrimônio de Referência (PR)	4.604.614	3.248.273
. Nível I	2.302.307	2.146.806
(+) Patrimônio Líquido	2.329.499	2.177.338
(-) Reservas de Reavaliação	25.198	28.064
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	1.703	2.177
. Nível II	2.302.307	1.101.467
(+) Reservas de Reavaliação	25.198	28.064
(+)Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR (1)	1.137.872	-
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada (2)	1.216.319	1.101.848
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	65.165	28.445
(-) Excesso de Capital Nivel II em relação ao Nível I	11.917	-

Notas:

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal *www.bnb.gov.br* no link Relação com Investidores.

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	473.643	533.239
TOTAL	**473.643**	**533.239**

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 27)	**622.389**	**686.792**
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	**1.286.685**	**1.686.776**
Tesouro Nacional	992	1.086
BNDES	1.152.894	933.260
FINAME	132.799	52.859
Outras Instituições	-	699.571
Outras Obrigações	**6.932.417**	**5.762.276**
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.e)	4.578.226	3.656.262
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.137.872	1.004.166
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.216.319	1.101.848
TOTAL	**8.841.491**	**8.135.844**

Notas Explicativas

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.h)	**985.408**	**925.375**
CAPEF	457.916	490.630
CAMED	527.492	434.745
TOTAL	**985.408**	**925.375**

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de Curto Prazo	**1.684**	**3.344**	**3.075**
Honorários	**1.391**	**2.612**	**2.473**
Diretoria	1.202	2.239	2.132
Conselho de Administração	98	194	186
Conselho Fiscal	91	179	155
Outros	**115**	**336**	**376**
Participação no Lucro	**178**	**396**	**226**
TOTAL	**1.684**	**3.344**	**3.075**

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios Pós-Emprego	109	200	84
TOTAL	**109**	**200**	**84**

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Créditos Abertos para Importação	131.958	110.589
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.219	92.919
- FNE	13.926.213	12.093.509
- Outras Entidades	54.180	40.745
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.815	29.549

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R$ 405.649 (R$ 392.459 em 31.12.2010) assim distribuídos:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Bens Móveis	137.144	123.783
Bens Imóveis	264.485	264.656
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	2.863
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	**405.649**	**392.459**

c) Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

No primeiro semestre de 2011, o Banco passou a divulgar as demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil International Financial Reporting Standards (IFRS), preconizado pelo International Accounting Standard Board (IASB), em seu portal na internet. As primeiras demonstrações disponíveis são relativas à posição de 31.12.2010 (comparando-se com as de 31.12.2009).

Embora o Banco esteja desobrigado de divulgar demonstrações nesse novo formato, a administração do Banco decidiu fazê-lo voluntariamente por entender que o padrão do IASB traz conceitos novos para os registros e procedimentos contábeis, que proporcionam maior transparência e precisão nas informações, compatibilizando-as com as melhores práticas de governança corporativa.

Estima-se que as demonstrações de 31.12.2011, comparativas com as de 31.12.2010, sejam divulgadas no primeiro semestre de 2012. A administração do Banco acredita que não são significativamente diferentes o patrimônio e o resultado decorrentes da apuração das demonstrações financeiras em IFRS, comparativamente ao padrão contábil adotado nas demonstrações financeiras elaboradas em obediência às normas do Banco Central, posto que muitas das regras do IASB já vinham sendo adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

d) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 7 de fevereiro de 2012.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Augusto Akira Chiba – Demetrius Ferreira e Cruz – Jurandir Vieira Santiago – Martim Ramos Cavalcanti – Zilana Melo Ribeiro
DIRETORIA: Jurandir Vieira Santiago (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Isidro Moraes de Siqueira (Diretor de Controle e Risco) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação).
CONSELHO FISCAL: Cláudio Xavier Seefelder Filho (Presidente em exercício) – Cláudia da Costa Martinelli Wehbe – Frederico Schettini Batista – Marco Antonio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar
COMITÊ DE AUDITORIA: João Alves de Melo (Presidente) – Antonio Carlos Correia – Luciano Silva Reis
SUPERINTENDENTE: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro)
CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lipi
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, de 7 de fevereiro de 2012, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no exercício de 2011.

Fortaleza (CE), 7 de fevereiro de 2012.

CONSELHO FISCAL: Cláudio Xavier Seefelder Filho (Presidente em exercício) – Cláudia da Costa Martinelli Wehbe – Frederico Schettini Batista – Marco Antonio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2011.

Fortaleza, 07 de fevereiro de 2012

DIRETORIA: Jurandir Vieira Santiago (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Isidro Moraes de Siqueira (Diretor de Controle e Risco) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação).

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Parecer, exarado em 7 de fevereiro de 2012, pela Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2011.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

DIRETORIA: Jurandir Vieira Santiago (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Isidro Moraes de Siqueira (Diretor de Controle e Risco) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação).